



ACADEMIA MILITAR

CÂMARAS POLICIAIS DE PORTE INDIVIDUAL: POTENCIALIDADES E VULNERABILIDADES DA SUA UTILIZAÇÃO NA ATIVIDADE OPERACIONAL DA GNR

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Nuno Filipe Ferreira Mira

Orientador: Professora Doutora Sofia de Vasconcelos Casimiro

Coorientador: Tenente-Coronel de Infantaria da GNR Pedro Miguel Ferreira Da Silva Nogueira

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2021



ACADEMIA MILITAR

CÂMARAS POLICIAIS DE PORTE INDIVIDUAL: POTENCIALIDADES E VULNERABILIDADES DA SUA UTILIZAÇÃO NA ATIVIDADE OPERACIONAL DA GNR

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Nuno Filipe Ferreira Mira

Orientador: Professora Doutora Sofia de Vasconcelos Casimiro

Coorientador: Tenente-Coronel de Infantaria da GNR Pedro Miguel Ferreira Da Silva Nogueira

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2021

EPÍGRAFE

“If freedom makes social progress possible, so social progress strengthens and enlarges freedom. The two are inseparable partners in the great adventure of humanity.”

Robert F. Kennedy

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e ao meu irmão,
A toda a minha família e amigos,
À minha namorada,
Ao XXVI CFO,
Ao CCXCIII CPQ.

AGRADECIMENTOS

O Trabalho de Investigação Aplicada é o culminar da formação de um Oficial da Academia Militar e, neste caso, da Guarda Nacional Republicana. Este projeto não teria sido possível sem o apoio de diversas pessoas que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a sua realização.

À Orientadora, Professora Doutora Sofia de Vasconcelos Casimiro, por ter aceitado o desafio de me auxiliar neste projeto. Pela informação e orientação prestada durante a elaboração do TIA, fomentando a motivação e a dedicação para conclusão do trabalho, permitindo alcançar o resultado pretendido.

Ao Coorientador, Tenente-Coronel de Infantaria da GNR Pedro Miguel Ferreira Da Silva Nogueira, pela orientação inicial e constante, permitindo uma correta estruturação da investigação e uma apropriada obtenção de resultados. Pela disponibilidade demonstrada ao longo do projeto.

A todos os militares que se mostraram disponíveis para responder ao inquérito por entrevista, Oficiais e Guardas, permitindo obter diferentes opiniões, de diferentes postos hierárquicos e funções. Sem eles, esta investigação não teria sido possível.

Aos camaradas do XXVI Curso de Formação de Oficiais da Guarda Nacional Republicana, por todos os momentos passados durante estes cinco anos, pela camaradagem e amizade, pelo espírito de entreajuda e união que caracterizam este curso. Guardo com apreço todas as memórias desta etapa que passámos juntos, que serão, diariamente, uma influência positiva na minha vida pessoal e profissional.

Aos camaradas do CCXCIII Curso de Paraquedismo, por terem feito parte do meu percurso inicial, num local que me marcou para sempre, e fez de mim o militar e a pessoa que sou hoje. Pela camaradagem, amizade e experiências vividas que, direta e indiretamente, contribuíram para que conseguisse alcançar os meus objetivos.

À minha família que, desde o primeiro dia de Soldado-Recruta até ao último dia de Aspirante, me apoiou e contribuiu de forma decisiva em todo o meu percurso militar. Por toda a ajuda, nos bons e nos maus momentos, e por me fazerem sempre acreditar que todo o sacrifício valeu a pena. Um especial agradecimento à avó Rosária e ao avô António que, apesar de não estarem presentes no fim desta longa caminhada, serão para sempre uma fonte de inspiração por todas as dificuldades que tiveram de ultrapassar ao longo da vida.

À minha namorada, por estar sempre presente, nos piores e nos melhores momentos, em todas as conquistas e fracassos. Pelo apoio prestado e pelo tempo despendido que tornaram possível o concretizar deste sonho. Por suportar a minha ausência ao longo de todos estes anos. Por ser a minha companheira de vida.

A todos vocês, o meu sincero obrigado!

Nuno Mira

RESUMO

O presente trabalho de investigação aplicada intitula-se de “Câmaras Policiais de Porte Individual: Potencialidades das Vulnerabilidades da sua utilização na atividade operacional da GNR”, tendo como objetivo geral identificar as potencialidades e vulnerabilidades da implementação das câmaras policiais de porte individual na atividade operacional da GNR.

A metodologia utilizada na investigação assenta numa abordagem qualitativa, utilizando como instrumentos a análise documental e a realização de inquéritos por entrevista.

Neste estudo são abordados, do ponto de vista teórico, a definição de câmaras policiais de porte individual, assim como a sua síntese histórica. São também analisados o panorama nacional e internacional, permitindo assim fazer uma comparação e determinar em que medida a implementação destas câmaras poderia ser possível em Portugal. Por fim, são estudadas as potencialidades e vulnerabilidades da sua utilização, tendo em conta algumas investigações existentes.

Seguidamente, são entrevistados diversos militares da GNR, pertencentes à classe de Oficiais e à classe de Guardas, de diferentes funções, permitindo a recolha de opiniões diversificadas, de forma a obter uma resposta representativa da realidade da Guarda.

Finalizada a investigação, apurou-se que a implementação e utilização de Câmaras Policiais de Porte Individual seria uma mais valia para o serviço operacional da GNR. Relativamente às potencialidades, é possível identificar uma melhoria no comportamento dos cidadãos e dos militares, bem como a utilização das filmagens como meio de prova, o que permite o mais eficaz apuramento da verdade. Verificou-se também que poderá aumentar a transparência, o acompanhamento do serviço policial e a recolha de aspetos a melhorar, permitindo assim a recolha de ensinamentos e a melhoria contínua do serviço operacional. No que diz respeito às vulnerabilidades, foi possível verificar que o ordenamento jurídico português, de momento, dificilmente permite a utilização destes equipamentos por motivos relacionados com a privacidade e direitos de imagem.

PALAVRAS-CHAVE: Guarda Nacional Republicana, Câmaras Policiais de porte individual, Transparência, Direitos, Segurança

ABSTRACT

This applied research work is called “Individual Police Cameras: Potentialities and Vulnerabilities of its' use in the operational activity of the GNR” with the general objective of identifying the potentialities and vulnerabilities of the implementation of individual police cameras in the operational activity of the GNR.

The methodology used in the investigation is based on a qualitative approach, using as instruments the documental analysis and the conduct of surveys by interview.

This study addresses, from a theoretical point of view, the definition of individual police cameras, as well as their historical synthesis. The national panorama and the international panorama are also analyzed, thus allowing a comparison between the two and determining the extent to which the implementation of these cameras is possible in Portugal. Finally, the potential and vulnerabilities of their use is studied, taking into account some existing investigations.

Subsequently, several GNR military personnel were interviewed, belonging to the class of Officers and to the class of Guards, with different functions, allowing the collection of diverse opinions, in order to obtain a representative response to the reality of the Guard.

Once the investigation was ended, it was concluded that the implementation and use of Individual Police Cameras would be an asset for the operational service of GNR. In terms of potential, it is possible to identify an improvement in the behavior of citizens and the military, an easier determination of the truth, the use of filming as evidence, an increase in transparency, the monitoring of the police service, the learning of new lessons and the continuous improvement of the operational service. With regard to vulnerabilities, it was possible to verify that the Portuguese legal system, currently, hardly allows the use of this equipment. There are some privacy concerns in the event of a security breach in the system. And, finally, when is the right time to start recording, in order to minimize negative impacts.

KEYWORDS: Guarda Nacional Republicana, Body-Worn Cameras, Transparency, Rights, Security

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL.....	4
1.1 As câmaras policiais no contexto da segurança: conceito e potencialidades gerais ...	4
1.2 Evolução histórica da captação de imagens em contextos de segurança.....	5
1.3 Definição terminológica	6
1.4 Panorama Nacional	7
1.5 Panorama Internacional	10
1.5.1 Casos mediáticos de captação de imagens da atuação policial: o caso Bairro da Jamaica e o caso George Floyd	12
1.6 Potencialidades da implementação das CPPI	15
1.7 Vulnerabilidades da implementação das CPPI	19
CAPÍTULO II – METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS.....	22
2.1 Modelo de Análise	23
2.2 Instrumento	25
2.3 Amostragem.....	26
2.4 Tratamento e análise de dados	27
CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS..	28
3.1 Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 1	28
3.2 Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 2	30
3.3 Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 3	32
3.4 Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 4	33
3.5 Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 5	35
3.6. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 6	37
3.7. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 7	40
3.8. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 8	42

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	44
BIBLIOGRAFIA	49
APÊNDICES	I
APÊNDICE A - ESTRUTURA DO TIA	II
APÊNDICE B – GUIÃO DE ENTREVISTA	III
APÊNDICE C - RELAÇÃO DAS PERGUNTAS DERIVADAS COM O GUIÃO DE ENTREVISTA	V
ANEXOS	VII
ANEXO A - AXON BODY 3	VIII
ANEXO B - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DA AXON BODY 3	IX
ANEXO C - PROJETO DE RESOLUÇÃO SOBRE A AQUISIÇÃO DE CÂMARAS DE FARDAMENTO	X

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Opinião de cidadãos dos EUA acerca das vantagens das CPPI.....	16
Figura 2 - Resultados da implementação das CPPI em Rialto, California.....	17
Figura 3 - Efeitos das CPPI nos intervenientes em ações policiais.	18
Figura 4 - Opinião de cidadãos portugueses acerca do uso das CPPI.	18
Figura 5 - Opinião de cidadãos dos EUA da importância das CPPI como meio de prova..	19
Figura 6 - Opinião de cidadãos dos EUA sobre as desvantagens das CPPI.	21
Figura 7 - Desenho da investigação.....	25

INDÍCE DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização da amostra.....	27
Quadro 2 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão n.º 1	29
Quadro 3 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão n.º 2	31
Quadro 4 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão n.º 3	32
Quadro 5 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão n.º 4	34
Quadro 6 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão n.º 5	36
Quadro 7 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão n.º 6	38
Quadro 8 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão n.º 7	41
Quadro 9 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão n.º 8	43

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICES

Apêndice A	Estrutura do TIA
Apêndice B	Guião da entrevista
Apêndice C	Relação das perguntas derivadas com o guião de entrevista

ANEXOS

Anexo A	Axon Body 3
Anexo B	Características da Axon Body 3
Anexo C	Projeto de Resolução sobre a aquisição de câmaras de fardamento

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

BWC	<i>Body Worn Cameras</i>
CCTV	<i>Closed Circuit Televisions</i>
CDS-PP	Centro Democrático e Social - Partido Popular
CNPD	Comissão Nacional de Proteção de Dados
CPI	Câmaras de Porte Individual
CPPI	Câmaras Policiais de Porte Individual
DO	Direção de Operações
E1 (2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	Entrevistado nº X
EUA	Estados Unidos da América
FFSS	Forças de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
HD	<i>High Definition</i>
IE	Inquérito por Entrevista
NEOP	Níveis de Emprego Operacional
OE	Objetivos Específicos
OG	Objetivo Geral
OPC	Órgão de Polícia Criminal
PD	Pergunta Derivada
PP	Pergunta de Partida
PSP	Polícia de Segurança Pública
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
UEPS	Unidade de Emergência de Proteção e Socorro

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada realiza-se no âmbito do Tirocínio para Oficiais de Infantaria, da Guarda Nacional Republicana (GNR), da Academia Militar. Corresponde ao culminar de 5 anos de curso e visa a obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares, na especialidade de Segurança.

Numa instituição como a GNR, fortemente hierarquizada, é cada vez mais necessária a utilização de novos mecanismos de comando e controlo, tendo em conta a exigência da atividade policial e o facto de esta ser constantemente escrutinada, tanto pela opinião pública como pelos órgãos de comunicação social. A procura pela melhoria do serviço prestado deve ser uma constante, permitindo assim uma maior transparência e profissionalismo no desempenho da atividade.

A presente investigação encontra-se subordinada ao tema “Câmaras policiais de porte individual: potencialidades e vulnerabilidades da sua utilização na atividade operacional da GNR” e procura analisar a implementação das câmaras policiais de porte individual (CPPI), vulgo *Body Worn Cameras (BWC)*, por militares da GNR, enquanto equipamentos de recolha de prova e, simultaneamente, enquanto elementos dissuasores de comportamentos desviantes ou ilícitos, por parte de todos os intervenientes em intervenções policiais.

Em Portugal, a recolha de imagens encontra-se subordinada a normas jurídicas previstas em vários diplomas legais. Desde logo, pela Constituição da República Portuguesa, que consagra o direito à privacidade e o direito à proteção dos dados pessoais, bem como por inúmeras leis ordinárias que definem as condições e os limites da gravação de imagens, nomeadamente o Código Penal, o Código de Processo Penal, o Código Civil e, mais especificamente para o tema em questão, a Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, que regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum. Para além dos referidos diplomas legais, importa também realçar o importante papel desempenhado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) na interpretação e aplicação desses mesmos diplomas, atendendo sobretudo ao facto de lhe caber a competência da emissão de pareceres sobre a conformidade da recolha e tratamento de imagens com o respetivo quadro legal.

O estudo da implementação destes aparelhos na GNR, assim como as vantagens e desvantagens que estes podem trazer à sua atividade operacional, reveste-se de uma especial importância no atual contexto caracterizado pela mediatização dos incidentes com agentes

da autoridade, propiciado, sobretudo, pelo uso disseminado de equipamentos eletrónicos, que permitem a gravação de som e imagem, e pelo fácil acesso a redes sociais que permitem a sua rápida divulgação. Do ponto de vista institucional, interessa defender a imagem das forças de segurança através do célere e cabal esclarecimento destes incidentes. Uma vez que, após a sua verificação, são várias as versões dos factos apresentadas, o uso de CPPI pode permitir apurar com maior rigor o que efetivamente aconteceu e, em particular, como atuaram as forças policiais. Muito embora permita também um maior escrutínio da atuação das forças policiais, esta “nova ferramenta de aplicação da lei pode reduzir a exposição a litígios e reclamações injustificadas por parte dos cidadãos” (Ramirez, 2014, p. 3).

Atualmente, existem vários países que já optaram por implementar câmaras no equipamento policial dos seus agentes ou militares, retirando desta experiência pontos positivos e pontos negativos. Desta forma, para a correta análise da implementação de CPPI em Portugal e na GNR, interessa estudar esta experiência e procurar fazer um paralelismo com as circunstâncias específicas desta força policial, tendo em conta o seu tipo de serviço, organização e estrutura.

Destacam-se duas principais vertentes na abordagem deste tema: por um lado, interessa perceber quais as potencialidades e vulnerabilidades da utilização destas câmaras policiais na GNR; e, por outro lado, interessa identificar as suas implicações para os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, uma vez que a recolha de imagens sem o consentimento do visado poderá colidir com alguns destes direitos, previstos pela legislação em vigor.

Com vista a empreender tal tarefa, inquiram-se vários militares da GNR, de forma a perceber quais as potencialidades e as vulnerabilidades que a utilização desta tecnologia poderá trazer à atividade operacional da GNR, consoante os vários tipos de serviço existentes e consoante os diferentes Níveis de Emprego Operacional (NEOP). De igual forma, para identificar as suas implicações nos direitos, liberdades e garantias, procura perceber-se de que forma o atual ordenamento jurídico português permite ou não a sua implementação.

Destarte, a finalidade da investigação é a de verificar se, e de que forma, poderão as câmaras policiais servir como ferramenta de proteção e controlo na GNR.

O trabalho de investigação carece sempre de uma Pergunta de Partida (PP) e esta deve ser clara e exequível, uma vez que funcionará como um ponto de referência “que orientará, tal e qual um farol, toda a sua investigação” (Rosado, 2015, p. 79). A PP, em conjunto com as várias Perguntas Derivadas (PD), funcionará como a base e o limite da investigação, permitindo assim a resolução da problemática em questão da forma mais exata possível.

Com o presente trabalho de investigação pretende responder-se à seguinte **Pergunta de Partida**: “Quais as potencialidades e vulnerabilidades da utilização de câmaras policiais de porte individual na atividade operacional da GNR?”. A resposta a esta questão será baseada em métodos exploratórios complementares, tais como entrevistas, observações e revisão da bibliografia existente.

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

1.1 As câmaras policiais no contexto da segurança: conceito e potencialidades gerais

A segurança “assume nas sociedades contemporâneas Ocidentais o estatuto de bem público e de direito fundamental sendo percecionada como um fator de desenvolvimento económico, coesão social e estabilidade política.” (Lourenço, 2013, p. 1). Neste contexto, as instituições policiais assumem-se como um dos seus principais atores e “daí que a legitimidade e a confiança nas polícias assumam um papel central” (Lourenço, 2013, p. 1).

Sendo o escrutínio da atuação policial por parte da população cada vez maior e a divulgação de recentes casos de aparente utilização excessiva da força por parte de elementos das forças policiais tem-se verificado “uma maior responsabilização das ações policiais” (Sousa et al., 2018, p. 1). Também para Lourenço (2013, p. 2) “o escrutínio permanente, embora anónimo e porventura abstrato, e a vigilância e o controlo das instituições” são característicos da modernidade, sendo por isso importante que, no seio da GNR, os Comandantes controlem a atividade operacional desenvolvida pelos seus militares.

Os avanços no policiamento moderno estão normalmente associados a inovações tecnológicas, tendo estas vindo a ocupar um lugar cimeiro nas novas formas de prevenção criminal. Assim, as “ferramentas que permitam a captação de imagem tornam-se cada vez mais importantes e mais frequentemente adotadas por várias forças policiais por todo o mundo” (Alves, 2017, p. 1), sendo exemplos dessas forças policiais a polícia inglesa e norte-americana.

Neste âmbito, surgem as câmaras policiais (vulgo *bodycam* ou *body worn cam*) que “são pequenas câmaras de vídeo (normalmente acopladas à farda, capacete ou óculos de sol dos elementos policiais) que captam, da perspetiva do utilizador, a atividade policial em formato de vídeo e de áudio. Estas atividades policiais incluem operações de trânsito, detenções, revistas e buscas, interrogatórios e incidentes críticos, como tiroteios, no decorrer do serviço policial.” (Miller, 2014 citado em Alves, 2017, p. 21). O formato exato, capacidade de captação de sons e imagens, bem como o local exato de inserção das câmaras na farda ou equipamento, entre outros fatores, podem variar, sem que essas variações tenham impacto nesta caracterização.

Estas câmaras têm sido alvo de inúmeros estudos internacionais, sendo que os mesmos apresentam como principais benefícios da sua implementação os que a seguir se enunciam: o aumento da “transparência das ações policiais, evidenciando a legitimidade da

ação para o cidadão” (Silva & Campos, 2015, p. 239), a “redução do uso da força e/ou queixas contra a atuação policial” (Ariel *et al.*, 2015; Jennings *et al.*, 2015; Katz *et al.*, 2015 citado em Sousa, Miethe & Sakiyama, 2018, p. 2), a “proteção de agentes contra falsas acusações de atuações erradas; melhorias no comportamento do agente e do cidadão; melhorias na obtenção de prova para a detenção e consequente acusação; oportunidade para treino policial e rápida resolução de queixas e ações judiciais” (White, 2014, p. 25).

Segundo Alves, “o controlo da atividade policial permite aferir se os agentes das forças de segurança cumprem com aquilo que lhes é determinado, contribuindo, desta forma, para que a atividade se mantenha dentro dos padrões desejados” servindo “como um meio de melhorar a qualidade do serviço” (2016, p. 13). O controlo da atividade policial pode ser interno ou externo, conforme a fiscalização seja efetuada por um órgão situado dentro da organização ou por um órgão exterior à mesma.

Assim, as câmaras policiais apresentam em si um grande poder de apoio ao controlo da atividade policial, uma vez que permitem visualizar as atuações policiais e orientá-las na direção desejada.

1.2 Evolução histórica da captação de imagens em contextos de segurança

Com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, e desempenhando estas um papel central no quotidiano da sociedade atual, é impreterível que os Estados e as forças de segurança acompanhem a evolução tecnológica e incorporem essas tecnologias na sua atividade, de forma a beneficiar das suas múltiplas vantagens e a, mais facilmente, dar resposta aos novos desafios que vão surgindo neste âmbito. Entre estes desafios, incluem-se os que estão relacionados com a crescente exposição das forças de segurança pela captação e divulgação de imagens que envolvem os seus elementos. Muitos dos inúmeros vídeos que são divulgados e difundidos pelo mundo através da Internet, que revelam a atuação de elementos das forças de segurança, são apresentados de forma que apenas se visualize o momento da sua intervenção, sem que seja possível compreender o enquadramento completo da situação (Catanho, 2010).

A tecnologia é, portanto, uma ferramenta poderosa, mas também muito perigosa, e, como tal, deve ser utilizada de forma sensata e de maneira a trazer o máximo de vantagens a todos os seus utilizadores, na medida do possível, sem prejuízo para terceiros. Posto isto, também as forças de segurança têm de se adaptar a toda esta evolução, conseguindo dessa forma acompanhar as novas tecnologias e implementá-las em benefício da sua missão.

A gravação de imagens em contextos de segurança remonta ao início do uso de câmaras de videovigilância, que, atualmente, são utilizadas em larga escala e de várias maneiras em diversos países, não só pelos próprios cidadãos, mas também pelas forças de segurança. Tal como Silva (2013, p. 47) refere, “a gravação de imagem em locais públicos de utilização comum é passível de ser utilizado na proteção de pessoas e bens, bem como na prevenção e repressão do crime”.

Esta prática iniciou-se em Inglaterra, nos anos 70, com os Circuitos Fechados de Televisão, ou *Closed Circuit Televisions* (CCTV) (Madaleno, 2007). Mais tarde, sentiu-se a necessidade de transpor esses sistemas de gravação para algo portátil, dadas as limitações óbvias das câmaras que se encontram fixas a um determinado local. Acompanhando o avanço tecnológico e, como tal, com o surgimento de câmaras cada vez mais portáteis e de menores dimensões, foi então possível a sua utilização em serviço e, neste caso, acopladas ao fardamento ou equipamento das forças de segurança.

Foi nesse contexto que surgiram as câmaras policiais de porte individual, que vieram colmatar as falhas dos instrumentos utilizados para monitorização da atividade policial, desde a década de 1960, que, tal como Silva e Campos (2015) referem, tinham diversos constrangimentos inerentes ao tamanho e que, por tal razão, impediram a sua disseminação.

Em 2005, a Polícia de Plymouth, no Reino Unido, foi a pioneira no uso destes aparelhos, tendo realizado alguns testes com os mesmos. Em 2006, foram utilizados para a resolução de diversos casos relacionados com violência doméstica e, devido à exposição mediática que tiveram, despoletaram também a atenção e o interesse do resto do país e, posteriormente, de muitas outras nações (Goodall, 2007).

É por isso, então, que o *Body Worn Video Steering Group*¹ aponta como marco inicial da utilização das câmaras de porte individual o ano de 2006, dado que a partir desta data se verificou um crescimento exponencial da sua utilização e consequente inserção no fardamento das forças de segurança.

1.3 Definição terminológica

Atualmente, existem várias expressões associadas a este tipo de equipamento, nomeadamente, câmaras policiais de porte individual (CPPI) ou apenas câmaras de porte

¹ Organização que reúne diversas entidades internacionais de segurança e que, por isso, define orientações e publica estudos acerca das câmaras de porte individual.

individual (CPI). Em inglês, verifica-se o uso reiterado das expressões *bodycam* ou *body worn cam*..

As CPPI são, portanto, equipamentos de gravação audiovisual (vídeo que combina imagem e áudio) de pequenas dimensões, que permitem a sua fixação na farda (normalmente, na zona do peito) ou nos equipamentos das forças policiais. Esta ferramenta grava as interações entre os elementos policiais e os restantes cidadãos, onde podem estar incluídos suspeitos e vítimas. Desta forma, permitem aos elementos policiais demonstrar transparência nas suas ações e evitar abusos, tanto por parte dos cidadãos, como por parte das próprias forças de segurança, uma vez que “Todos têm um melhor comportamento quando as câmaras estão ligadas. Os elementos policiais, os cidadãos - todos.” (Miller, 2014, p. 5).

A Axon Enterprise, Inc., é a empresa internacional de excelência na produção e venda de CPPI. O mais recente modelo “Axon Body 3”² inclui gravação em *High Definition* (HD), 64gb de armazenamento e bateria até 12 horas. A possibilidade de gravação em câmara lenta, a emissão de um relatório após uma determinada ação e a deteção automática de armas de fogo são algumas das funções que mais se evidenciam pelo seu potencial e benefícios que podem trazer às ações policiais. Contudo, estes equipamentos têm um custo de aquisição muito elevado, o que se pode revelar um entrave à sua aquisição, uma vez que implicam um grande investimento inicial.

1.4 Panorama Nacional

São vários os diplomas legais no ordenamento jurídico português que regulam a captação de imagens e que tutelam direitos relativos a essa captação. Entre outros direitos relevantes neste âmbito, como o direito à privacidade e à proteção de dados pessoais, refere-se o facto de as pessoas singulares serem titulares do direito de imagem, que lhes atribui o direito fundamental de, em cada momento, autorizarem ou proibirem a captação da sua imagem. No entanto, este direito, como todos os demais, não é absoluto e pode ceder perante a proteção de outros direitos que se entendam prevalentes. Cabe recordar, a este propósito, que o direito à segurança é, também, um direito fundamental.

“Quando o exercício de um direito fundamental por parte de um titular entra em conflito com o exercício de um direito fundamental por parte de outro titular, ocorre o que

² Vide anexos A e B

se denomina de colisão de direitos fundamentais” (Chirolli & Castro, 2014, p. 9). No entanto, a segurança e a liberdade não podem ser utilizadas de forma a ferir outros direitos.

“Da mesma forma que não se pode cogitar direitos fundamentais absolutos, não se pode tolerar o exercício de poderes ilimitados pelo Estado. Deve, então, encontrar-se um ponto de equilíbrio entre estes dois extremos, verificando quais as razões da invasão do direito à privacidade do cidadão e se o direito coletivo prevalecer, não há que se falar em invasão à privacidade” (Chirolli & Castro, 2014, p. 9).

A menção ao direito à imagem inicia-se na Constituição da República Portuguesa, no artigo 26.º, quando se refere que “A todos são reconhecidos os direitos (...) à imagem (...)”. No entanto, sendo esta uma lei geral, abstrata e destinada a enunciar os contornos dos direitos de uma forma pouco pormenorizada, não especifica a possibilidade de restringir ou não o direito à imagem através da utilização de câmaras pessoais, ficando esta matéria relegada para as leis ordinárias.

O Código Penal, através do seu artigo n.º 199, prevê a criminalização das gravações e fotografias ilícitas, sendo que o n.º 1 é destinado à gravação de palavras sem o consentimento do visado, assim como à sua utilização, sem esse consentimento, mesmo que esta tenha sido produzida de forma lícita. Estes atos podem ser punidos com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 240 dias, sendo que estas penas se aplicam da mesma forma quando se trate de fotografias ou filmagens, tal como refere o n.º 2 do mesmo artigo.

A utilização de imagens como meio de prova encontra-se prevista no Código de Processo Penal. O artigo 126.º, n.º 3, deste Código considera nulas todas as provas obtidas mediante intromissão na vida privada, salvo quando haja uma previsão específica na lei que permita essa prova e que contrarie este princípio. Desta forma, as imagens recolhidas e apresentadas em tribunal encontram-se sempre sujeitas a um possível juízo de nulidade, uma vez que a sua admissibilidade está prevista apenas em casos muito restritos.

Por sua vez, o Código Civil determina, no seu artigo 79.º, que não é necessário o consentimento da pessoa visada por uma captação de imagens quando essa captação se justifique por exigências de polícia ou de justiça.

Importa aqui referir uma lei que se aplica especificamente às forças policiais. A Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança. Neste âmbito, encontra-se prevista a possibilidade de utilização de câmaras fixas e de câmaras portáteis, exigindo-se, para ambas, uma autorização do membro do Governo que tutela a força ou serviço requerente, precedida de parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados. Nos termos do artigo 6.º, n.ºs 2 e 3 deste diploma legal, caso

seja necessário utilizar câmaras portáteis e não seja possível obter a respetiva autorização em tempo útil, nos termos atrás previstos, o dirigente máximo da força ou serviço de segurança pode autorizar a utilização de câmaras depois de informar o membro do Governo que o tutela. Caso, posteriormente, a autorização não seja concedida ou o parecer da CNPD seja negativo, o responsável terá de proceder à destruição imediata do material gravado.

Pelos motivos anteriormente descritos, facilmente se percebe que, apesar de o ordenamento jurídico permitir, em casos muito concretos, a gravação e recolha de imagens pelas forças de segurança, o atual quadro legal está previsto para a utilização de câmaras fixas ou, em caso de utilização de câmaras portáteis, para situações muito pontuais, sendo incompatível com um sistema de gravação e registo da atividade policial diária através de câmaras portáteis como as CPPI.

Em Portugal, até ao momento, a utilização de câmaras portáteis apenas foi autorizada em situações muito específicas, como é o caso dos festejos das passagens de ano em Lisboa, sendo que o equipamento utilizado foi o modelo Sony DCR-SX4SE. Este modelo não permite a sua fixação nas fardas dos elementos policiais. A sua utilização obteve um parecer positivo por parte da CNPD, com as condicionantes de que a gravação de som estaria proibida, nos termos do n.º 7 do artigo 7.º da Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, e de que deveria existir obrigatoriamente um aviso prévio por parte das autoridades. Apesar do parecer positivo, a CNPD admite que o equipamento em questão não cumpria os requisitos de segurança legais por não garantir a encriptação das imagens (Comissão Nacional de Proteção de Dados [CNPD], 2017).

Atualmente, encontra-se em fase de elaboração pelo Governo um novo diploma legal que irá regular a utilização de sistemas de videovigilância pelas forças de segurança. De acordo com as informações que foram divulgadas pelos vários meios de comunicação social, e conforme declarações do atual Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, no Parlamento, em fevereiro de 2021, este novo diploma legal irá enquadrar a utilização de CPPI em Portugal³. Como se pode concluir pela leitura do Projeto de Resolução da autoria do partido CDS-PP (Anexo C), existe uma forte pressão para que seja autorizada a utilização de câmaras portáteis apostas no fardamento.

É importante não esquecer que, apesar da proposta de lei poder vir a ser aprovada, levando à admissibilidade da utilização das referidas câmaras, existe sempre alguma

³ Cotrim, A. (2021). Nova lei de videovigilância prevê o uso de “bodycams” pelos polícias. In Portal do Diário de Notícias. Acedido a 19 de março de 2021 em <https://www.dn.pt/sociedade/nova-lei-de-videovigilancia-preve-uso-de-bodycams-pelos-policias-13361874.html>

relutância por parte da população na recolha de imagens, sem o seu consentimento, ainda que essa recolha possa contribuir ativamente para a redução da criminalidade e para a prossecução do interesse público. É certo que, do ponto de vista da opinião pública, as forças policiais encontram-se muito mais restringidas na possibilidade de captação de imagens do que a população em geral, que, na grande maioria dos casos, grava imagens com forças de segurança sem autorização e não sofre repercussões. Isto deve-se ao papel que as polícias desempenham na sociedade, estando sujeitas à exposição da sua imagem. Existe, erradamente, a convicção de um consentimento implícito de restrição do direito à sua imagem em função do cargo que exercem.

Segundo Ramirez (2014), a tendência para implementar câmaras individuais está presente, mas há aspetos que devem ser estudados e avaliados:

- Quem e o que deve ser gravado?
- Quando é que os elementos policiais devem iniciar a gravação?
- O que fazer quando os cidadãos solicitam para parar?
- Existem exceções à gravação?
- De que forma serão armazenados os vídeos?
- Quem pode aceder aos vídeos?
- Devem os vídeos ser vistos pela população?
- Que questões de privacidade estão envolvidas?
- Devem os elementos policiais avisar que vão iniciar a gravação?
- Quando se podem analisar os vídeos?

É, como tal, imperativo regulamentar a utilização das CPPI de forma a evitar uma má utilização e uma colisão de direitos fundamentais.

1.5 Panorama Internacional

Apesar do uso das câmaras de porte individual ainda não estar implementado nas forças de segurança portuguesas, pelas diversas razões anteriormente referidas, é crucial referir o panorama internacional da utilização destes aparelhos. Só assim é possível compreender os benefícios e desvantagens e, dessa forma, fazer um paralelismo com outros países cuja sua utilização já esteja em vigor.

De momento, são muitos os países em que é possível verificar a utilização das câmaras de porte individual por parte das forças de segurança, tais como por exemplo: Alemanha, França, Bélgica, República Checa, Canadá, EUA e Reino Unido. Contudo, são

os dois últimos que desenvolveram mais estudos no sentido de aferir o impacto da implementação destes sistemas de gravação, pelo que serão esses os dados estatísticos abordados.

Quanto ao Reino Unido, que é pioneiro na implementação de circuitos de sistemas de videovigilância com câmaras fixas por quase todo o território da capital, Londres, continuavam assim a existir queixas de atos violentos por parte dos cidadãos contra as forças policiais, bem como queixas de abuso de força por parte das mesmas. No sentido de melhorar essas questões, começaram a ser implementadas câmaras de porte individual no fardamento das forças policiais e “os elementos policiais deverão entender que a principal função das câmaras é colher provas e garantir a segurança aos mesmos, [se bem que] monitorizar a performance deles e melhorar as relações com o público vêm com a utilização desta ferramenta.” (Hayes & Ericson, 2012, p. 9). É então assaz relevante referir que estas câmaras funcionam bidireccionalmente, usufruindo das mesmas tanto as forças de segurança, como os cidadãos.

No sentido de aferir o impacto desta inovação, foi realizado um estudo por Ellis, Jenkins e Smith (2015) na Ilha de Wight, em Hampshire, onde foram analisadas a opinião dos cidadãos, a ocorrência de crimes, processos criminais e queixas contra a polícia, comparando estes dados no ano anterior e no ano seguinte à implementação das câmaras em 160 agentes. Tanto a opinião pública como a dos próprios polícias foi unânime, sendo esta positiva relativamente à confiança da implementação das CPPI, bem como aos benefícios que as mesmas trouxeram após a sua implementação. Foi verificada também uma diminuição significativa nas queixas realizadas contra estes agentes, comparando os anos anteriores e posteriores à sua utilização. Segundo os cidadãos alvo do estudo, a convicção nos benefícios que estes aparelhos poderiam trazer são, principalmente, o facto de melhorarem a formação das forças de segurança e a recolha de provas, o que auxilia na condenação de suspeitos de crimes (Ellis et al., 2015). É, contudo, importante referir que, os polícias não acreditam na diminuição ataques contras as forças de segurança. No entanto, a grande maioria dos agentes inquiridos, concordara com a incorporação destes aparelhos no seu uniforme. Estes dados vão de encontro a estudos anteriormente realizados por Goodall (2007), que considera estas câmaras como uma poderosa e valiosa ferramenta a utilizar pelas polícias, em prol das mesmas bem como dos cidadãos.

Em unanimidade, Barak Ariel (2017), do Instituto de Criminologia de Cambridge, está de acordo com os benefícios da utilização das CPPI, dizendo que as câmaras criam um

equilíbrio entre o ponto de vista do polícia e do cidadão, aumentando assim a veracidade dos factos utilizados em ambos os sentidos.

Relativamente aos EUA, apesar das divergências nas legislações face aos países europeus, também os benefícios das CPPI foram evidentes. Num estudo realizado em novembro de 2018, que avaliou diversas questões acerca do uso destas câmaras, foi possível verificar que em 82% dos departamentos policiais dos EUA que adquiriram estas câmaras, a motivação principal foi de melhorar a segurança dos seus agentes (Shelley et al., 2018). Este facto mostra, sem sombra de dúvidas, a confiança depositada por parte destes profissionais neste sistema de gravação de câmaras de porte individual. É talvez então o motivo pelo qual, de momento, mais de 40% das forças de segurança americanas utilizem as CPI (Katz et al., 2015). Quanto às desvantagens das mesmas, é unânime que a maioria dos inquiridos refira a questão da privacidade como o obstáculo principal, sendo relevante também as dificuldades de armazenamento de dados e os custos associados (Shelley et al., 2018).

Também um estudo realizado pela Universidade do Arizona, financiado pela *Bureau of Justice Assistance's Smart Policing Initiative*, em 2014, revelou que os polícias que usavam câmaras de porte individual eram mais produtivos em termos de apreensões e tinham menos queixas contra os próprios, comparativamente aos agentes que não utilizavam essas mesmas câmaras (Katz et al., 2015).

É então perceptível que o uso das câmaras policiais de porte individual trouxe inúmeras vantagens, não só às forças de segurança, como também aos cidadãos em geral. Pode, desta forma, fazer-se um paralelismo com o nosso país e perceber que poderiam também as nossas forças de segurança usufruir destes equipamentos, caso estes venham a ser implementados.

1.5.1 Casos mediáticos de captação de imagens da atuação policial: o caso Bairro da Jamaica e o caso George Floyd

Ao longo da história mais recente, têm sido várias as divulgações de imagens de atuações policiais, captadas sobretudo por transeuntes que se deparam com essas atuações. O aumento deste fenómeno acompanha a evolução das tecnologias e da sua disseminação, nomeadamente o aumento do número de utilizadores de dispositivos que permitem a captação de imagens, bem como a acessibilidade a plataformas digitais para a sua rápida difusão. Só nos últimos três anos, foram vários os casos, nacionais e internacionais, que

assumiram grande mediatismo e que suscitaram um aceso debate sobre a captação de imagens das forças policiais.

Em Portugal, destaca-se o caso dos confrontos entre moradores do Bairro da Jamaica e agentes da Polícia de Segurança Pública (PSP), em 20 de janeiro de 2019⁴. Parte destes confrontos foram captados por imagens de vídeo que foram amplamente difundidas nas redes sociais e, depois, nos meios de comunicação social. Os acontecimentos desse dia foram amplificados pela circulação das imagens, que, acompanhadas pela repetida acusação de violência policial, conduziram seguidamente a protestos e a uma manifestação violenta no centro de Lisboa⁵, nomeadamente com acusações de racismo. No entanto, as declarações oficiais da PSP sobre aquele incidente destacavam que apenas tinham sido divulgadas parte das imagens relevantes e que não tinham sido divulgadas imagens dos acontecimentos imediatamente anteriores, do apedrejamento e outras agressões aos agentes da PSP⁶.

O caso do Bairro da Jamaica é exemplificativo de uma situação que poderia ter beneficiado da utilização das CPPI, permitindo captar imagens de todos os incidentes e, caso se justificasse, o divulgar dessas imagens, apaziguando os ânimos e a revolta que se gerou contra as forças de segurança.

Existem também vários outros casos mediáticos sobre atuações policiais, um pouco por todo o mundo. A nível internacional, destaca-se o caso norte-americano que envolveu George Floyd. Este caso desencadeou o renascer do movimento *Black Lives Matter*, tendo este resultado em protestos um pouco por todo o mundo, mas, principalmente, nos Estados Unidos da América.

O caso remonta à data de 25 de maio de 2020, dia em que George Floyd se deslocou a uma loja de conveniência, no sul de Minneapolis, no estado norte-americano de Minnesota, com o objetivo de comprar um maço de tabaco com uma nota de 20 dólares. Após Floyd efetuar o pagamento, a assistente da loja suspeitou que a nota fosse contrafeita e chamou a polícia, uma vez que este se recusava a devolver o maço ou a pagar com outra nota. À chegada da polícia, os agentes algemaram o suspeito. Contudo, quando o tentavam

⁴ Diário de Notícias [DN] (2020). Confrontos no Bairro da Jamaica. Quatro moradores e um PSP vão a julgamento. In Portal do Diário de Notícias. Acedido a 20 de maio de 2021 em <https://www.dn.pt/pais/quatro-moradores-e-um-psp-vao-a-julgamento-pelos-confrontos-no-bairro-da-jamaica-13029008.html>

⁵ Franco, H. (2019). Quatro detidos em confrontos em Lisboa entre moradores do Bairro da Jamaica e PSP. In Portal do Diário do Expresso. Acedido a 20 de maio de 2021 em Expresso | Quatro detidos em confrontos em Lisboa entre moradores do Bairro da Jamaica e PSP

⁶ Martins, P. (2019). Atuação da PSP. "Vídeo só mostra a parte que interessa aos desordeiros". In Portal do Notícias ao Minuto. Acedido a 20 de maio de 2021 em Expresso em <https://www.noticiasao minuto.com/pais/1183068/atuacao-da-psp-video-so-mostra-a-parte-que-interessa-aos-desordeiros>

transportar para o carro-patrolha este ofereceu resistência. A intervenção culminou com Floyd deitado e algemado no chão. Nesta altura, os cidadãos que ali passavam começaram a filmar e a partilhar a ocorrência com os seus telemóveis pessoais.

Após o suspeito estar no chão, o agente Derek Chevin, acompanhado dos agentes Thomas Lane e J. Kueng, colocou o seu joelho sobre o seu pescoço durante mais de nove minutos. Uma hora mais tarde, George Floyd veio a falecer no hospital.

Para além dos protestos gerados por todos os Estados Unidos da América e em várias partes do mundo, este caso teve também várias implicações legais, tendo dado origem a um processo de responsabilização criminal dos agentes policiais da operação. Para além das gravações realizadas pelas CPPI desses agentes, o processo contou com as gravações realizadas pelos vários transeuntes com os seus dispositivos móveis. Apesar de as gravações demonstrarem toda a atuação da polícia, os advogados da família de George Floyd tiveram ainda de provar, por outros meios, que as ações do agente Chevin estiveram diretamente relacionadas com a morte de Floyd. No entanto, vários juristas afirmaram que as provas presentes no vídeo estariam entre as mais convincentes que alguma vez teriam visto (Tarm, 2021), tendo sido determinantes para a condenação.

O júri teve acesso aos vídeos das CPPI dos agentes, na sala de deliberações, e discutiu sobre eles. Segundo a lei de Minnesota, o júri pode rever o vídeo uma segunda vez, mas apenas na sala de julgamento (Tarm, 2021). Tal como se pode observar, nos EUA, a utilização das CPPI como meio de prova já está bastante enraizada, sendo que existem leis específicas que regulam a forma como o vídeo pode ser acedido. A lei prevê também mecanismos de proteção para evitar que o júri se foque demasiado em algumas provas e esqueça as outras. Desta forma, o vídeo só pode ser visualizado e analisado em privado uma única vez. Nas restantes, caso seja autorizado pelo juiz, terá de ser visualizado na sala de julgamento, com todos os participantes presentes.

Como referem Mahboob, Johnston e Shah (2021), o caso de George Floyd permitiu tirar partido das potencialidades das *bodycams*, uma vez que as gravações dos agentes Thomas Lane e J. Kueng foram meios de prova fulcrais na acusação dos três agentes envolvidos no caso. O agente Derek Chauvin foi acusado e condenado por homicídio em segundo grau, entre outras condenações. Os restantes elementos policiais aguardam julgamento e serão acusados de cumplicidade no homicídio de George Floyd.

A resolução deste caso nunca teria sido possível sem as imagens recolhidas pelas CPPI e pelos transeuntes, o que demonstra a valiosa ferramenta que estes instrumentos podem representar na transparência da atividade policial.

1.6 Potencialidades da implementação das CPPI

A eventual ponderação da utilização de câmaras de filmar acopladas à farda deve ser avaliada consoante as vantagens e desvantagens que as mesmas podem trazer ao serviço operacional e à transparência das atuações policiais.

Segundo White (2014) os potenciais benefícios das CPPI são a possibilidade de uma maior transparência na atividade policial, a proteção dos cidadãos contra más atuações policiais e a proteção dos agentes contra queixas falsas. Para além disto, podem também funcionar como uma ferramenta de treino policial e como uma ferramenta de recolha de provas.

Uma das grandes vantagens da utilização destes equipamentos é o facto de estas permitirem uma total transparência durante a atuação das forças de segurança, uma vez que todos os intervenientes são gravados, em vídeo e em áudio. Por este motivo, a utilização de CPPI tende a ser aceite pela população “especialmente porque os cidadãos esperam que as câmaras sejam usadas para aumentar a responsabilidade policial e a transparência” (Lum, Stoltz, Koper & Scherer, 2019, p. 18).

Por outro lado, um estudo realizado por Sousa, Miethe e Sakiyama (2015) demonstra que a opinião pública varia consoante o contexto social em que os cidadãos se inserem. No entanto, entre as vantagens que as câmaras podem apresentar, a crença de que esta tecnologia pode aumentar a relação cidadão-polícia e aumentar a confiança pública nas forças de segurança teve um grande impacto no aumento do suporte à utilização de CPPI, por parte dos cidadãos.

Tal como ilustra a Figura 1, no estudo de Sousa et al. (2015), 91% dos cidadãos norte-americanos inquiridos acredita que a utilização de câmaras aumenta a transparência policial, 66% considera que estas iriam aumentar a confiança nas forças de segurança e, 80% afirma que as CPPI contribuem para uma redução da utilização de força policial excessiva.

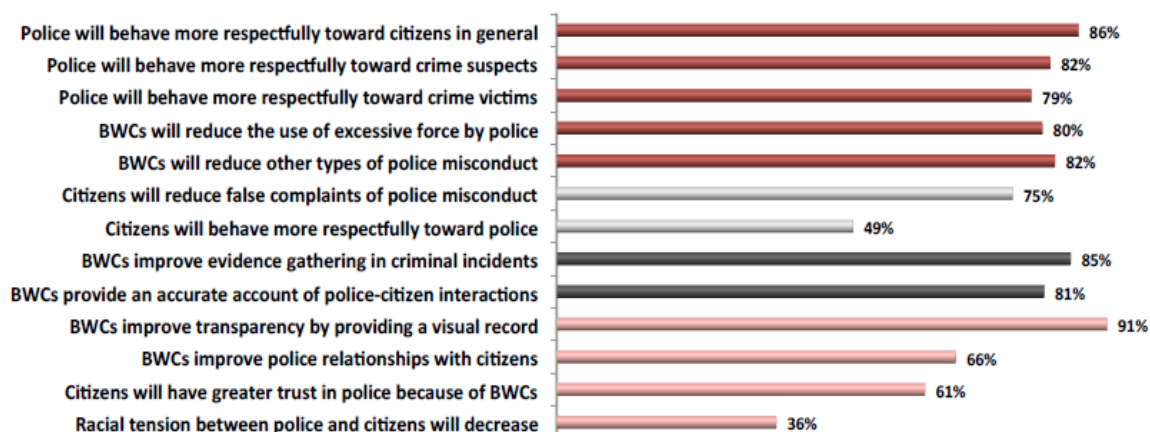


Figura 1 - Opinião de cidadãos dos EUA acerca das vantagens das CPPI

Fonte: Sousa et al., 2015, p. 3

Como forma de aumentar ainda mais a confiança na polícia, Miller (2014) defende que as gravações deveriam ser disponibilizadas ao público mediante solicitação, pelo facto de estas serem registos públicos e porque desta forma seria possível demonstrar transparência e abertura na interação com a comunidade.

A redução do número de queixas, contra os elementos policiais, tem também sido apontada com uma das grandes vantagens que a utilização desta tecnologia poderia trazer, uma vez que “se os cidadãos perceberem que podem estar enganados, que não compreenderam a situação do ponto de vista do agente, ou que não tinham conhecimento de todos os factos, estes podem vir a ter uma melhor compreensão da situação e não prosseguir com a apresentação da queixa” (Harris, 2010, p. 364).

Esta redução pode ser explicada por dois grandes motivos. O primeiro motivo, que será abordado em detalhe mais à frente, relaciona-se com a influência direta que as CPPI podem ter no comportamento dos intervenientes, leia-se os elementos policiais e cidadãos ou suspeitos que interagem com estes, que por saberem da existência de uma câmara de filmar adequam o seu comportamento à situação. O segundo motivo refere-se ao facto das CPPI afastarem eventuais queixas falsas ou sem fundamento, isto porque toda a ação se encontra gravada e rapidamente se conseguiria apurar a falsidade das mesmas.

Um estudo realizado pela Universidade de Cambridge (Miller et al., 2014, p.5), examinou de que forma a utilização de CPPI poderia ter impacto na redução do número de queixas contra as forças de segurança. As conclusões deste estudo, ilustradas na Figura 2, demonstram que a utilização destas câmaras teve inúmeros benefícios. Destaca-se a redução em 60% do número de ocorrências em que teve de ser utilizado um patamar de força mais

elevado, tendo por consequência reduzido o número de queixas apresentadas, em comparação com o ano anterior à implementação da tecnologia

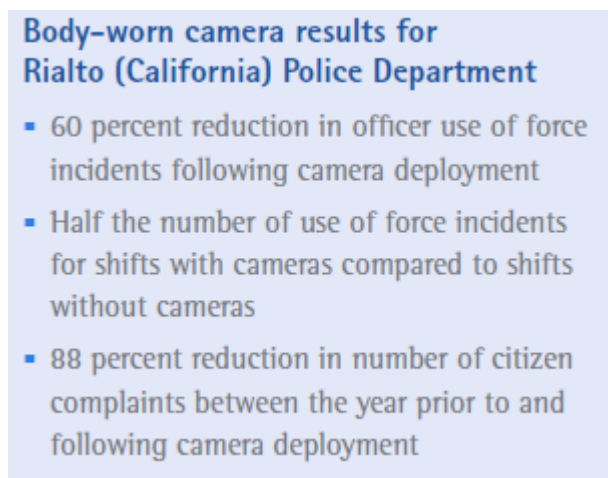


Figura 2 - Resultados da implementação das CPPI em Rialto, California.

Fonte: Miller et al., 2015, p.5

O comportamento das pessoas no geral tende a alterar-se quando sabem que estão a ser gravadas, este facto já era possível verificar anteriormente à existência de CPPI, seja com as câmaras de CCTV ou mesmo com câmaras das estações televisivas.

Acredita-se que as CPPI têm um afeito dissuasor de maus comportamentos em todos aqueles que estão envolvidos em intervenções policiais, sejam eles os próprios elementos policiais ou os cidadãos, isto porque estas incitam à autoconsciência e à avaliação da aceitação social dos atos que estão a praticar (Boivin, Gendron, Faubert & Poulin, 2017). Para além disto, esta tecnologia tende a influenciar o comportamento agentes, de forma a que estes atuem de acordo com normas profissionais e que os cidadãos cumpram as ordens emanadas pela polícia (Ariel et al., 2017a).

Um estudo realizado por William et al. (2015) constata que mais de 80% dos inquiridos afirma que os elementos policiais terão um comportamento mais respeitador, existirá menos abusos de força e de condutas impróprias para com os cidadãos, tal como está representado na Figura 3.

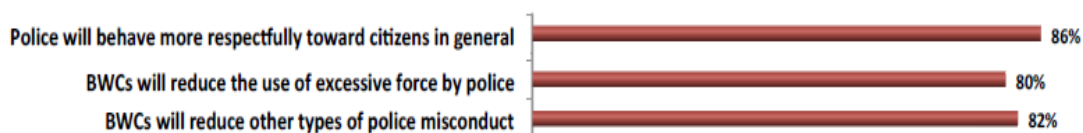


Figura 3 - Efeitos das CPPI nos intervenientes em ações policiais.

Fonte: Sousa et al., 2017

Por outro lado, tal como se pode verificar na Figura 4, Alves (2017) conclui que 80% dos cidadãos afirma que as CPPI podem ter um papel importante na prevenção de crimes e comportamentos ilícitos por parte da população.

5) Concorda que esta ferramenta pode contribuir para a prevenção da ocorrência de crimes e/ou comportamentos ilícitos por parte dos cidadãos?	Frequências	
	N	%
Totalmente de acordo	23	38,3
De acordo	25	41,7
Não concordo nem discordo	5	8,3
Discordo	3	5,0
Discordo totalmente	4	6,7
Total	60	100,0

Figura 4 - Opinião de cidadãos portugueses acerca do uso das CPPI.

Fonte: Alves, 2017

A utilização como meio de prova, ao contrário de todos os outros pontos, que se focam diretamente na presença das CPPI durante as abordagens policiais, relaciona-se com os resultados produzidos por estas. Posteriormente, as gravações podem ser utilizadas com vários propósitos, podendo representar uma grande mais-valia na recolha de prova, uma vez que “é sempre difícil obter provas de um local de crime” (Miller et al., 2014, p.5).

Alguns estudos realizados demonstram bastante confiança na utilização das gravações, tal como se encontra representado na Figura 5, cujo 85% dos inquiridos considerou que estas podem contribuir para aumentar a recolha de provas (Sousa et al., 2015).

Figura 5 - Opinião de cidadãos dos EUA sobre a importância das CPPI como meio de prova.

Fonte: Sousa et al., 2015

Em algumas situações as gravações podem também servir como “ajuda para elaborar os relatórios policiais das ocorrências, ficando estes mais consistentes com as interações que realmente existiram com os cidadãos, em vez de serem elaborados com base em factos que o agente se recorda” (Lum et al., 2019, p.11), assim como “para gravar entrevistas testemunhas ou vítimas” (Sousa et al., 2017, p. 2).

As gravações de ações policiais, para além de poderem servir de prova, podem ter outro papel fundamental na formação e evolução das instituições policiais. As gravações de casos reais constituem-se como uma ferramenta chave tanto para a formação de novos agentes, como para a formação contínua e correção de erros.

Muitas instituições policiais descobriram que as CPPI podem ser bastante úteis para melhorar o desempenho dos seus agentes, por exemplo, para providenciar treinos baseados em cenários reais, para avaliar o desempenho no terreno dos novos agentes e, para identificar e corrigir lacunas de treino existentes. Esta evolução permite elevar os padrões de desempenho no que diz respeito a táticas, comunicação e contacto com a população. Assim, existe um aumento da perceção de legitimidade e justiça que as comunidades têm em relação às polícias (Miller et al., 2014).

Atualmente, já existem alguns estudos relativamente ao impacto deste tipo de câmaras no treino e formação policial. Segundo Lum et al. (2019), foi detetada uma pequena diferença em grupos que utilizaram as CPPI no que diz respeito à identificação policial, pensamento reflexivo, aprendizagem entre pares e atitudes durante o treino. Foram também identificados melhoramentos em relação à insistência na aprendizagem.

1.7 Vulnerabilidades da implementação das CPPI

A utilização de CPPI para além das potencialidades acima mencionadas pode também apresentar algumas vulnerabilidades que devem ser tidas em conta no âmbito da sua implementação, de forma a tentar reduzi-las ou mesmo eliminá-las.

A maior desvantagem da utilização deste tipo de equipamento está relacionada com questões de privacidade, tanto pela parte dos cidadãos que são gravados, muitas vezes sem o seu consentimento, como também pela parte dos elementos policiais que se vêm

“obrigados” a transportar diariamente um objeto que grava vídeo e som. Este é um tema de grande polémica uma vez que “quando o assunto é vídeo monitorização, muito se discute sobre o direito à privacidade e o excesso de exposição que causa um controlo excessivo sobre a população” (Silva & Campos, 2015, p. 247). O mesmo facto se aplica aos elementos policiais tendo em conta que “as gravações de áudio e vídeo feitas pelas CPPI podem levar a preocupações sobre os direitos de privacidade de ambos, cidadãos e polícias” (Sousa et al., s, p. 1).

Outro facto de relevância que divide opiniões relaciona-se com o momento em que deve ser iniciada a gravação. A *American Civil Liberties Union*, defende que os departamentos de polícia devem colocar as suas câmaras sob o controlo oficial e, implementar meios altamente eficazes de limitar a capacidade que os agentes têm de escolher que abordagens devem gravar. Desta forma, deve existir uma política que exija que estas sejam ativadas em todas as interações com o público. Por outro lado, a *Police Executive Research* afirma que gravar todos os encontros com o público, que possam existir, vai pôr em causa os direitos dos cidadãos e prejudicar a relação entre a comunidade e a polícia (Miller et al., 2014, p.12).

Um tema de grande relevância que deve ser tido em conta na implementação de CPPI é a possibilidade de uma maior preservação ou restrição de direitos dos cidadãos, dependendo do ponto de vista. Por um lado, estas podem ser consideradas uma mais valia na preservação desses direitos pois “constata-se também que há maior aceitação da população, uma vez que, durante a abordagem, a câmara servirá também como elemento para assegurar a garantia dos direitos fundamentais. Causa uma sensação de segurança ímpar no cidadão, pois dificilmente sofrerá abuso de autoridade com uma câmara ligada” (Silva & Campos, 2015, p. 250). Por outro lado, “ao contrário dos métodos de vigilância tradicionais, as CPPI podem gravar simultaneamente vídeo, áudio e capturar imagens que permitem posteriormente a utilização da tecnologia de reconhecimento facial. Além do que, enquanto as câmaras de CCTV na generalidade dos casos apenas gravam espaços abertos ao público, as câmaras portáteis permitem obter imagens de espaços privados, tal como casas, e gravar situações sensíveis que podem acontecer durante as ocorrências” (Miller et al., 2014, p.11).

Um estudo realizado por Sousa et al. (2015), representado na Figura 6, demonstra que, apesar de não existir consenso, a maior parte dos entrevistados manifesta que a utilização de *BWC* não iria pôr em causa a privacidade de qualquer pessoa que fosse gravada sem o seu consentimento prévio, assim como, a privacidade das vítimas e suspeitos de crime.

Por outro lado, observa-se que existiria uma maior relutância por parte dos cidadãos, vítimas e testemunhas em cooperar com a polícia, sabendo que estão a ser gravadas. Estes dados não representam a maioria, no entanto já existe uma maior aproximação aos 50%, o que indica que ainda existe uma grande divisão de opiniões em relação a este tema.



Figura 6 - Opinião de cidadãos dos EUA sobre as desvantagens das CPPI.

Fonte: Sousa et al., 2015

Para a eficácia da implementação das CPPI, importa não só avaliar o impacto que estas têm nos cidadãos, mas também nos próprios elementos policiais que as transportam diariamente. Por este motivo, torna-se de extrema importância avaliar se estes apoiam e dominam a sua utilização, pois só assim se conseguirão retirar resultados positivos da aplicação desta tecnologia.

Uma das primeiras preocupações é o facto de as câmaras poderem quebrar a confiança existente entre os agentes e as chefias, isto porque alguns elementos policiais poderão vê-las como um sinal de que a sua hierarquia não tem confiança suficiente nos seus agentes, levando a que utilizem as *Bodycams* para vigiar e escrutinar todos os movimentos dos seus inferiores hierárquicos. Na maior parte das instituições policiais que já as utilizam, é permitido aos superiores hierárquicos monitorizar as gravações sempre que assim entenderem, no entanto, existem alguns departamentos que apenas autorizam esta visualização quando existem incidentes que o justifiquem, ou no caso de existirem queixas contra algum agente (Miller et al., 2014).

Não obstante das inseguranças existentes com a utilização de CPPI, segundo Albardeiro (2020, p. 58) “Analisando os resultados obtidos foi possível aferir que os principais motivos para uma aceitação generalizada da adoção dos BWC são a crença de que

essas irão melhorar o comportamento dos cidadãos com quem os policiais têm contacto nas suas ocorrências, o sentimento de segurança acrescido que as BWC lhes oferecem e a redução das queixas dos cidadãos contra os policiais.”

O momento para iniciar a gravação tem sido amplamente debatido, existindo quem defenda que a câmara deve ser gravada a partir do momento que o agente inicia o seu turno. Por outro lado, existe quem argumente que esta prática poderia pôr em causa os direitos dos cidadãos e dos próprios elementos policiais, defendendo assim que as câmaras apenas devem ser ligadas quando a situação assim o justifique.

Um dos argumentos utilizados para autorizar os agentes a decidir quando devem ligar as câmaras é o de que, deste modo, existe sempre a possibilidade de as desligar quando se trata de uma situação sensível, que expõe as vítimas ou testemunhas. Nos Estados Unidos da América, existem departamentos policiais que encorajam os agentes a não gravar todas as situações que estes considerem que podem pôr em causa o direito à privacidade, sendo que todos os momentos em que as CPPI são desligadas devem ser posteriormente justificados, por escrito. Desta forma, é possível preservar o diálogo aberto com os membros da comunidade e manter uma relação de confiança com a população. Outro argumento utilizado, pelos defensores deste método, é o de que só assim é possível demonstrar confiança e consideração pelo trabalho dos elementos policiais, algo que pode afetar gravemente a sua proatividade (Miller et al., 2014).

CAPÍTULO II – METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS

No presente capítulo será o momento de abordar a metodologia escolhida para alcançar os objetivos propostos. Desta forma, este será um ponto importante na investigação na medida em que explica de que forma esta foi conduzida, desde o ponto de partida até ao momento da análise de resultados e conclusão.

O capítulo é constituído pelo Modelo de Análise, Instrumento, Amostragem e Tratamento e Análise de Dados.

No “Modelo de Análise” é explicada a estratégia da investigação, assim como o tipo de abordagem utilizada para alcançar os resultados. Assim, são apresentados o Objetivo Geral (OG), os Objetivos Específicos (OE) e as correspondentes Perguntas Derivadas (PD). Todos estes elementos concorrem para a resposta à Pergunta de Partida (PP).

Na subcapítulo “Instrumentos” são revelados quais os instrumentos de recolha e análise de dados em que a investigação se apoiou, de forma a alcançar os resultados que permitissem responder às PP, PD e alcançar os objetivos propostos no início do trabalho.

Seguidamente, no tópico da “Amostragem” são apresentados os elementos constituintes da amostra, assim como os motivos que levaram à constituição da amostra desta forma.

Por último, o “Tratamento e Análise de Dados” clarifica e justifica de que forma foi efetuada a análise dos dados recolhidos.

2.1 Modelo de Análise

Após a escolha do tema e a definição da problemática, torna-se imprescindível a seleção do método científico a adotar durante a investigação. Como método científico entende-se o “conjunto de normas que permitem produzir conhecimento” (Sarmiento, 2013, p.7). Para Sousa e Baptista (2011, p. 52) a metodologia científica “consiste num processo de seleção da estratégia de investigação, que condiciona por si só, a escolha das técnicas de recolha de dados, que devem ser adequadas aos objetivos que se pretendem atingir”.

Na busca pela resposta à PP e às PD, assim como no comprometimento por alcançar o OG e os OE, foi utilizada a análise qualitativa, uma vez que “não há justificação para não reconhecer os sucessos das investigações de orientação qualitativa” (Silva & Pinto, 1986, p. 103), recorrendo a instrumentos científicos tais como, a análise documental e a realização de inquéritos por entrevista.

A abordagem qualitativa caracteriza-se pelo facto de que “o investigador (...) está preocupado com uma compreensão absoluta e ampla do fenómeno em estudo. Ele observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno tal como se apresenta, sem procurar controlá-lo” (Fortin, 1999, p. 22).

Como forma de guiar a investigação, foram elaboradas perguntas derivadas que visam concorrer para a resposta à pergunta de partida. Desta forma, todas elas estão relacionadas com o tema do presente trabalho e concorrem para uma resolução inteligível e precisa da problemática em questão. Destarte, as **Perguntas Derivadas** devem ser claras e objetivas:

- **PD1** – De que forma poderá uma câmara policial de porte individual potencializar a atividade operacional da GNR?

- **PD2** – Que vulnerabilidades pode apresentar a utilização de câmaras policiais de porte individual?
- **PD3** – Até que ponto o ordenamento jurídico português permite a utilização de câmaras policiais de porte individual?
- **PD4** – Relativamente a países estrangeiros que já implementaram estes equipamentos, que pontos positivos e negativos podemos retirar da sua experiência?

O **Objetivo Geral** do presente Trabalho de Investigação Aplicada é identificar as potencialidades e vulnerabilidades da implementação das câmaras policiais de porte individual na atividade operacional da GNR. De forma a garantir a o cumprimento do mesmo, este foi dividido em objetivos específicos que irão contribuir para a sua consecução:

Objetivos específicos:

1. Identificar potencialidades da utilização de câmaras policiais de porte individual na GNR.
2. Conhecer vulnerabilidades da implementação de câmaras policiais de porte individual na GNR.
3. Estudar a implementação das câmaras policiais tendo em conta o ordenamento jurídico português.
4. Analisar os resultados obtidos em países que já implementaram a utilização destes equipamentos.

Seguidamente, na Figura 7, é apresentado o quadro do desenho da investigação. Este demonstra de forma simples e clara a estratégia seguida para alcançar os objetivos propostos.

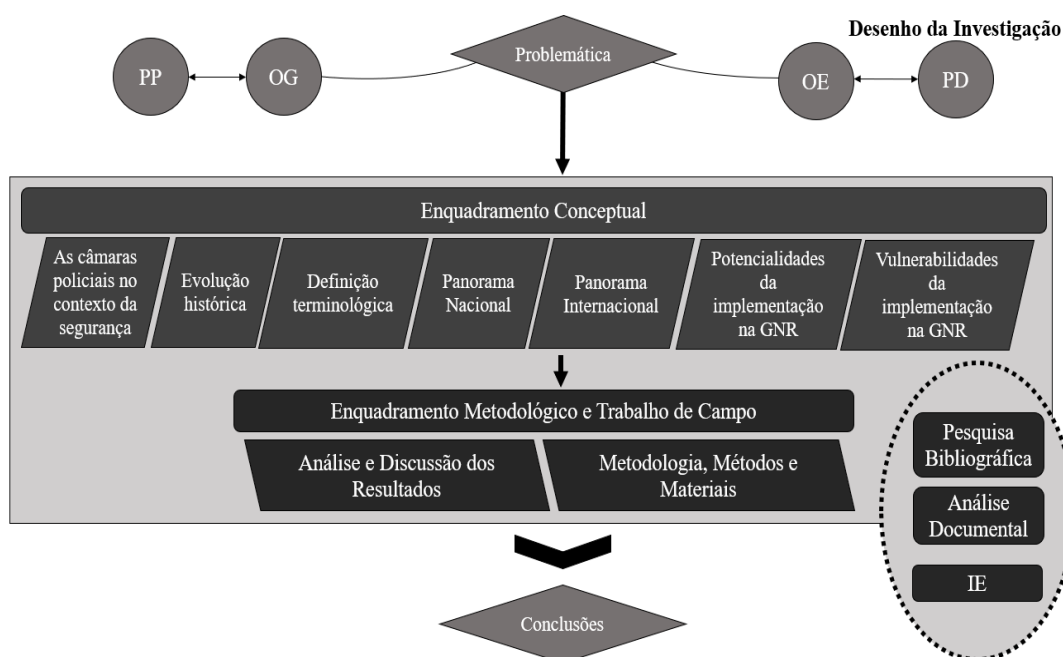


Figura 7 - Desenho da investigação.

Fonte: Elaboração própria

2.2 Instrumento

No percurso que visa identificar e definir os instrumentos de recolha e análise de dados é imprescindível “centrar a atenção, indiretamente, nos diferentes procedimentos técnicos utilizados para proceder à recolha e análise dos dados” (IESM, 2016, p.34).

A presente investigação teve como ponto de partida a análise documental, com o objetivo de aprofundar o conhecimento acerca do tema e analisar “cada um dos documentos examinados, os conceitos em estudo, as relações teóricas estabelecidas, os métodos utilizados e os resultados obtidos”, paralelamente, esta análise “precede, acompanha ou segue a formulação das questões de investigação ou das hipóteses” (Fortin, 1999, p.74).

A análise documental centrou-se essencialmente em artigos científicos, livros, relatórios, revistas, dissertações de mestrado e doutoramento e legislação, fundamentais para a condução da investigação.

Na Parte II, que se reporta à recolha, optou-se por realizar Inquéritos por Entrevista (IE), tendo em conta que “a entrevista é outro recurso importante para o investigador pois é, em certas áreas ou domínios, um fortíssimo instrumento de recolha de informação” (IESM, 2016, p. 84).

O IE é composto por 8 perguntas, estando estas divididas em 4 partes, permitindo assim uma melhor associação com as respetivas perguntas derivadas. A primeira parte,

pretende apurar opiniões relativamente à implementação das CPPI na GNR e explorar quais as possíveis potencialidades que estas trariam ao serviço operacional. Na segunda parte, as perguntas direcionam-se para as vulnerabilidades que a utilização destes equipamentos poderia apresentar. A terceira parte, refere-se à possibilidade do ordenamento jurídico português se apresentar como um obstáculo à sua implementação. Por fim, a última parte procura saber os resultados que as CPPI apresentaram em forças de segurança estrangeiras.

Foi elaborado um quadro que exhibe a relação da Pergunta de Partida e das Perguntas Derivadas com as várias questões do inquérito por entrevista. (Apêndice B)

2.3 Amostragem

Tendo em conta que a delimitação do universo “consiste em explicitar que pessoas ou coisas, fenómenos etc. serão pesquisados, enumerando as suas características comuns” (Marconi & Lakatos, 2003, p.223), na presente investigação, a amostra é composta por cinco militares da GNR pertencentes à classe de Oficiais, de diferentes postos e funções, e cinco militares da GNR pertencentes à classe de Guardas. Segundo Fortin (1999, p. 202), “A amostragem é o procedimento pelo qual um grupo de pessoas ou um subconjunto de uma população é escolhido com vista a obter informações relacionadas com um fenómeno, e de tal forma que a população inteira que nos interessa esteja representada.”

No que diz respeito à função dos militares entrevistados, a amostragem é composta por um oficial pertencente à Direção de Operações (DO) da GNR e quatro oficiais pertencentes a cada um dos quatro Níveis de Emprego Operacional (NEOP), existentes na Guarda. Na classe de Guardas existem três militares com a função de patrulheiro e dois elementos UEPS.

Desta forma, a recolha de dados é efetuada a vários níveis de empenhamento e diferentes tipos de serviço, permitindo assim, investigar a implementação de CPPI de forma abrangente e representativa da realidade operacional da GNR.

Apresenta-se, de seguida, o Quadro 1, com a caracterização dos mesmos, tendo em conta o seu nome, posto, função e data da entrevista.

Quadro 1 - Caracterização da amostra.

Entrevistado	Entrevistado (E)	Posto	Função	Data
Nuno Taveira	E1	Capitão	Comandante do Destacamento Territorial de Almada	17/02/2021
Carlos Baptista	E2	Capitão	Comandante do Destacamento de Intervenção de Faro	16/02/2021
Bruno Silva	E3	Capitão	Comandante da 2ª Companhia do Grupo de Intervenção de Ordem Pública	23/02/2021
José Quadrado	E4	Tenente-Coronel	Comandante do Grupo de Intervenção de Operações Especiais	23/03/2021
Nuno Serrão	E5	Major	Chefe da Repartição de Operações da Divisão de Emprego Operacional do Departamento de Operações	22/03/2021
Bruno Gandum	E6	Guarda Principal	Patrulheiro	22/05/2021
José Capela	E7	Guarda	Patrulheiro	22/05/2021
Marcelo Freire	E8	Guarda	Elemento UEPS	23/05/2021
Pedro Moreira	E9	Guarda	Elemento UEPS	23/05/2021
Tiago Rodrigues	E10	Guarda	Patrulheiro	23/05/2021

Fonte: Elaboração própria

2.4 Tratamento e análise de dados

Após a recolha de toda a informação e conhecimentos necessários para a resposta à pergunta de partida, torna-se essencial a escolha de um método de análise de dados de forma descobrir eventuais padrões e chegar a uma resposta coerente.

A análise das entrevistas foi realizada através da elaboração de quadros de análise qualitativa, desta forma, é possível reduzir a quantidade de informação e facilitar a sua comparação, assim como, a agregação das diferentes lógicas da mensagem

As sínteses contêm a informação essencial da entrevista e são fiéis à mensagem transmitida pelos entrevistados, uma vez que a análise “tem uma dimensão descritiva que

visa dar conta do que nos foi narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do analista face a um objeto de estudo” (Guerra, 2006, p. 62).

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

3.1 Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 1

O objetivo desta questão passa por fazer um levantamento da opinião dos militares da GNR, assim como das potencialidades que cada um destes identifica na utilização de câmaras policiais de porte individual, tendo em conta as suas diferentes funções.

Neste sentido, todos os entrevistados demonstraram que a utilização deste tipo de equipamentos poderá ser uma mais-valia para o serviço da GNR. E1 e E2 referem ainda que as vantagens seriam transversais a todos os intervenientes, militares da GNR e população, no sentido em que existiria uma maior salvaguarda dos direitos dos cidadãos e um melhor apuramento da verdade.

No âmbito das vantagens para os militares da Guarda, E3 refere o estudo, acompanhamento e supervisão das atuações como uma mais-valia, assim como a possibilidade de uma “revisão pós ação” para recolha de ensinamentos. E8 refere também, como vantagem da implementação das câmaras de porte individual, o facto de ser possível a visualização posterior das imagens como um método para o estudo da atuação das equipas, sendo estas, possivelmente, alvo de análise como ferramenta de avaliação, no sentido de identificar aspetos a melhorar. E9 e E10 voltam a referir, a vantagem da GNR poder ter acesso a imagens gravadas de todo o processo de abordagem e atuação dos seus militares, como forma de apurar a veracidade de situações mais sensíveis ou quando alguns vídeos são divulgados no sentido de denegrir a imagem da instituição.

Tanto E3 como E4 demonstram que esta implementação deveria ser efetuada nos NEOP mais baixos (1 e 2), onde a sua utilização individual seria mais eficaz, tendo em conta que são estes os níveis onde existe um maior contacto com a população.

A análise foi baseada no Quadro 2, apresentado de seguida.

Quadro 2 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão n.º 1

Respostas à questão n.º 1.		
<i>“Tendo em conta as funções que desempenha/desempenhou, considera uma mais-valia para o serviço a utilização de câmaras policiais de porte individual (Bodycams)?”</i>		

Entrevistado	Resposta	Argumentação
E1	“Sim, (...)”	- “(...) considero que seriam o uma mais-valia para todas as partes (...)”.
E2	“Sim, (...)”	- “(...), possibilita uma atividade operacional mais profícua e ao encontro das necessidades do cidadão, atendendo a que existe uma maior salvaguarda dos direitos do cidadão e também dos militares na sua atividade diária de agentes de autoridade.”; - “(...), a existência de uma gravação, imagens e sons, durante a intervenção policial seria fundamental para o apuramento da verdade, e consequentemente, valorizada num processo de julgamento pela não deturpação da realidade dos factos.”.
E3	“Considero que sim, (...)”	- “(...) a implementação de câmaras individuais como ferramenta de apoio à atividade operacional poderá ter inúmeras mais valias.”; - “Permite o estudo e o enquadramento da situação, permite um melhor acompanhamento, apoio e supervisão por parte do comando, permite o estudo posterior das atuações, permite o estudo dos intervenientes na situação e permite a recolha de lições e ensinamentos.”; - “Na (...) manutenção de ordem pública não será tão pertinente a sua utilização individual, mas sim a utilização enquadrada numa força de ordem pública.”.
E4	“(…) poderá ser uma mais-valia.”	- “(...) algumas funções da Guarda em que haja uma interação com o público (...) utilizar as bodycams poderá ser uma mais-valia.”.
E5	“Sim”	
E6	“Sim”	
E7	“Sim concordo”	
E8	“Sim, (...)”	- “(...) no âmbito da proteção e socorro seria uma mais valia por diversos motivos, de entre os quais se distingue o estudo da atuação das equipas, permitindo, após análise, a identificação de aspetos alvos de melhoria.”

E9	“Sim, (...)”	- “(...) nos dias de hoje em que estão sempre aparecer pequenos trechos de vídeos de intervenções policiais com o intuito de denegrir a imagem do guarda e da instituição (...) - “(...) com as bodycams seria possível ver a intervenção completa.”
E10	“Considero, (...)”	- “(...) seria uma mais valia perante situações sensíveis.”

Fonte: Elaboração própria

3.2 Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 2

Com esta questão pretende-se averiguar se a implementação de câmaras individuais nas fardas dos militares teria uma influência direta no comportamento de todos os intervenientes em abordagens policiais, tanto nos militares da GNR como nos cidadãos. Salientando que existe a hipótese de estes aparelhos influenciarem o comportamento dos intervenientes de forma positiva ou negativa.

De uma forma geral, a opinião dos entrevistados é positiva, no sentido em que acreditam que as câmaras iriam ter uma influência positiva no comportamento dos militares e dos cidadãos, prevenindo eventuais excessos dos elementos policiais e evitando comportamentos exagerados por parte da população. E8 refere ainda que as CPPI poderão ser uma forma de dissuasão do crime, no sentido em que, ao saberem que estão a ser gravados, os cidadãos, bem como os militares, terão tendência a ajustar o seu comportamento de forma que este não se desvie das normas social e legalmente aceites. E9 menciona como principal mais-valia a moderação das atitudes dos cidadãos para com os militares.

No entanto, E3 afirma que em algumas situações excecionais a gravação poderia motivar um comportamento mais resistente, sendo que estas seriam uma minoria, pois na maior parte dos casos estes equipamentos trariam benefícios à interação.

Apenas E10 não concorda que as câmaras policiais de porte individual possam ter uma influência direta no comportamento dos militares da GNR e dos cidadãos.

A análise foi baseada no Quadro 3, apresentado de seguida.

Quadro 3 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão n.º 2

Respostas à questão n.º 2. <i>“Concorda que esta ferramenta pode ter uma influência direta no comportamento de todos os intervenientes em intervenções policiais (militares da GNR e cidadãos)?”</i>		
--	--	--

Entrevistado	Resposta	Argumentação
E1	“Sim, concordo plenamente”	- “Se todos soubessem que as ações estão a ser gravadas (...) faria com que todos pensassem duas vezes antes de terem algum comportamento menos correto.”.
E2	“Sim, (...)”	- “(...) a conduta da intervenção policial é mais ponderada, prevenindo eventuais excessos no uso da força (...) ajustando sempre a intervenção ao comportamento do adversário.”; - “(...) o cidadão também tem uma conduta mais prudente no contacto com os agentes de autoridade, visto que, toda a intervenção é gravada e pode ser usada em sede judicial como meio de prova para apurar a responsabilidade dos intervenientes.”; - “(...) há uma clara responsabilização dos intervenientes (...)”.
E3	“Sim, (...)”	- “(...), a consciência de que a situação está a ser gravada, tem influência no comportamento humano.”; - “(...) o comportamento melhora, no entanto, em alguns casos excecionais a gravação pode motivar um comportamento mais resistente.”; - “(...) na maioria dos casos a influência será para um melhor comportamento.”.
E4	“Concordo com a afirmação (...)”	- “(...) relativamente aos militares (...) como sabem que estão a ser “observados” constantemente, terão atenção a isso e deixam de ter alguns comportamentos desviantes que muitas vezes sabemos que existem, mas são muito difíceis de provar.”; - “Em relação aos cidadãos pelo facto de a ação policial estar a ser gravada também coíbe alguns comportamentos mais exagerados por parte dos mesmos (...)”.
E5	“Sim”	
E6	“Sim”	
E7	“Sim concordo”	
E8	“Concordo”	- “(...) sabendo que está a ser filmado, o cidadão/militar terá sempre tendência a adequar o seu comportamento de forma a não ir contra as normas legais ou socialmente espectáveis (...)”

		- “(...) sendo possivelmente uma excelente forma de dissuasão do crime.”
E9	“Claro que sim (...)”	- “(...) já não haveria simulações por parte dos cidadãos para tentar chamar atenção do meio envolvente e com isso coagir a intervenção do militar.”
E10	“Não concordo”	

Fonte: Elaboração própria

3.3 Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 3

Nesta questão pretende-se avaliar a opinião dos entrevistados relativamente à possibilidade de as câmaras reduzirem o número de queixas apresentadas contra militares da GNR, considerando a influência que as CPPI podem ter no comportamento dos intervenientes.

Nesta questão, as respostas não são unânimes, tendo em conta que E1 não acredita que as câmaras iriam reduzir o número de queixas, mas sim facilitar a confirmação, ou não, das mesmas. Neste sentido, também E4 afirma que esta redução não é garantida, mas que ajudaria a refutar algumas queixas que são apresentadas sem fundamento. Também E6 e E10 não concordam que as CPPI reduzissem o número de queixas. E9 revela não ter a certeza quanto à redução do número de queixas, mas afirma que, certamente, as câmaras seriam uma ferramenta na defesa do militar quanto às acusações.

Na opinião dos restantes entrevistados (E2, E3, E5, E7 e E8) julgam que estas iriam trazer um melhor comportamento a todos os intervenientes e que isto iria resultar numa redução de queixas contra os militares.

A análise foi baseada no Quadro 4, apresentado de seguida.

Quadro 4 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão n.º 3

Respostas à questão n.º 3		
<i>“Na sua opinião, estas podem contribuir para a redução de queixas contra militares?”</i>		
Entrevistado	Resposta	Argumentação
E1	“Não acredito (...)”	- “(...) permitiria esclarecer as situações de uma forma mais célere e mais clara (...)”;

		- “As queixas iriam existir na mesma, no entanto seria mais fácil verificar se estas teriam fundamento ou não.”.
E2	“Sim, (...)”	- “(...) permite aos militares terem um instrumento de defesa contra as queixas que são apresentadas de um modo não fundamentado pelos cidadãos.”; - “(...) os militares ao terem consciência que todos os seus atos estão a ser gravados acabam por reforçar a sua conduta profissional (...)”.
E3	“Sim, (...)”	- “(...) a influência no comportamento humano, tanto a atuação policial como o comportamento do cidadão serão melhores (...)”; - “(...) poderá estar associado a uma redução de queixas contra os militares.”.
E4	“(...) poderão ajudar (...)”	- “(...) poderão ajudar nessa redução e caso isso não ocorra poderão provar que essas queixas não têm fundamento pois a ação policial foi legítima (...)”.
E5	“Sim”	
E6	“Não”	
E7	“Sim bastante”	
E8	“Sim”	- “Sabendo o cidadão que a atuação policial foi gravada, nos casos em as queixas não teriam fundamento, este provavelmente não apresentaria queixa contra o militar pois sabe que há provas que comprovam não existir fundamento.”
E9	“Não tenho certeza quanto a isso (...)”	- “(...) tornaria mais fácil a defesa do militar quanto a essas acusações.”
E10	“Não, (...)”	“(...) não irá alterar a dinâmica no patrulhamento.”

Fonte: Elaboração própria

3.4 Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 4

O objetivo desta questão passa por efetuar um levantamento de quais as eventuais vulnerabilidades ou desvantagens que a utilização de CPPI poderia trazer ao serviço da GNR.

Desde logo, é possível identificar algumas opiniões que apontam para o facto de não existirem desvantagens na utilização destes equipamentos, tendo em conta que o aumento da transparência das atuações superaria quaisquer desvantagens que pudessem existir.

Por outro lado, é possível identificar um conjunto de desvantagens apontadas pelos restantes entrevistados.

O E2 afirma que poderia existir uma limitação da proatividade dos militares caso houvesse acesso público a táticas, técnicas e procedimentos de atuação da GNR, perdendo-se o princípio basilar da surpresa.

As falhas de segurança do sistema poderiam pôr em causa a utilização das imagens apenas para fins legais, existindo a possibilidade de estas serem utilizadas com propósitos menos positivos, tal como afirma o E3.

A utilização de imagens fora do contexto, tal como indica o E4 e E7, poderão comprometer o militar e a instituição, passando uma ideia errada do acontecimento.

O grande investimento que isso acarretaria para a GNR, nomeadamente pelo custo das câmaras, é uma desvantagem referida pelo E6 e E8. Também E8 refere que a autonomia destes aparelhos poderá ser um entrave à sua utilização.

E10 refere como vulnerabilidade a má utilização destas câmaras, caso as mesmas não sejam ligadas aquando do início da intervenção policial.

A análise foi baseada no Quadro 5, apresentado de seguida.

Quadro 5 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão n.º 4

Respostas à questão n.º 4.		
<i>“Quais seriam as vulnerabilidades/desvantagens que a utilização desta tecnologia poderia apresentar?”</i>		
Entrevistado	Resposta	Argumentação
E1	“Tenho alguma dificuldade em encontrar vulnerabilidades (...)”	- “A partir do momento que aumentam a transparência das atuações é difícil encontrar desvantagens nisso.”;
E2	“(…) o cidadão ter um livre acesso às táticas, técnicas e procedimentos (...)”	- “(…) perdendo o agente de autoridade, em certa medida, um princípio basilar da atividade operacional, a surpresa.”; - “O cidadão ao ter conhecimento da forma de atuar do militar acaba por limitar a sua proatividade, não favorecendo a segurança dos intervenientes (...)”.
E3	“(…) a segurança do sistema.”	- “A garantia de que as imagens não são utilizadas para outros fins que não os fins legais.”; - “O sistema pode ficar comprometido caso as imagens recolhidas sejam utilizadas com propósitos menos positivos (...)”.

E4	“(…) imagens (…) usadas fora do contexto (…)”	- “(…) poderão ajudar, não a salvaguardar o militar, mas sim a comprometê-lo.”; - “Poderemos correr o risco de as mesmas caírem nas mãos de um OCS que depois poderá fazer a “sua” interpretação das imagens e com isso comprometer tanto o militar como a instituição que o mesmo representa.”.
E5	“Apenas identifico vantagens (…)”	
E6	“Custo (…)”	- “O custo associado à aquisição do equipamento”
E7	“(…) ser utilizado contra os militares (…)”	- “As vulnerabilidades poderiam ser o facto de poder ser tal utilizado contra os militares numa utilização da força.”
E8	“Baixa autonomia, peso no orçamento financeiro.”	
E9	“(…) nenhuma aparente”	
E10	“(…) má utilização (…)”	- “(…) não pondo a gravar antes das ocorrências.”

Fonte: Elaboração própria

3.5 Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 5

Com esta questão pretende-se averiguar um dos temas mais debatidos em Portugal, relativamente à implementação das Câmaras Policiais de Porte Individual, que diz respeito ao facto destes equipamentos poderem pôr em causa a liberdade e o direito à imagem dos cidadãos, assim como dos militares que as transportam diariamente durante todo o seu horário de trabalho.

É possível identificar opiniões opostas. Os E1, E2, E6, E9 e E10 acreditam que não existiria o comprometimento da liberdade e direitos, uma vez que os cidadãos cumpridores da lei não se iriam sentir prejudicados com a utilização de câmaras nas fardas dos militares da GNR, ressalvando o facto de ser necessário garantir a segurança das gravações efetuadas.

Por outro lado, os restantes entrevistados admitem a possibilidade dos direitos serem colocados em causa com a utilização destes equipamentos. Tendo em conta que poderiam

existir falhas de segurança, no armazenamento das imagens, e que não existe nenhuma legislação que clarifique de que forma se podem recolher imagens neste contexto. Referem, no entanto, que apesar de poder existir o comprometimento destes mesmos direitos, o bem a defender (segurança) é superior e que estas imagens podem servir como prova processual.

A utilização de câmaras, quando complementada com uma advertência prévia salvaguardaria a liberdade e o direito à imagem.

Relativamente aos militares, o E5 acredita que se os militares agirem corretamente, as câmaras não põem em causa a sua liberdade, antes pelo contrário.

A análise foi baseada no Quadro 6, apresentado de seguida.

Quadro 6 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão n.º 5

Respostas à questão n.º 5.		
<i>“Poderão estas câmaras comprometer a liberdade e os direitos de imagem dos cidadãos e dos militares que as transportam?”</i>		

Entrevistado	Resposta	Argumentação
E1	“(…) Quem não deve não teme (…)”	- “(…) teria sempre de depender de um parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados. Sendo que teria de haver alguma abertura da parte desta, uma vez que são bastante rigorosos na imposição das regras.”; - “(…) ressaltando que as imagens teriam sempre de ser tratadas por entidades competentes, creditadas para o efeito.”.
E2	“Não, (…)”	- “(…) contudo tem que existir tecnologia adequada a este fim, bem como base legal para restringir o livre acesso às gravações.”; - “(…) o tratamento dessas imagens tem de ser unicamente por militares credenciados, de modo a evitar a divulgação ilegal das mesmas e permitir uma cabal custódia da prova para fins criminais e disciplinares.”.
E3	“(…) caso o sistema (…) não for seguro (…)”	- “(…) caso o sistema de recolha, gravação, utilização e armazenamento das imagens não for seguro os direitos dos cidadãos poderão estar em causa.”.
E4	“(…) corremos sempre esse risco (…)”	- “(…) terá que haver (…) uma legislação que clarifique, tanto as FFSS como os cidadãos de que forma as filmagens podem ser feitas, assim não restarão dúvidas, quer para quem faz as filmagens quer para quem está a ser filmado.”.

E5	“Sim, podem.”	<ul style="list-style-type: none"> - “No entanto, perante situações de alteração da ordem pública ou prática de qualquer crime, mediante a advertência prévia da sua utilização esse comprometimento está salvaguardado.”; - “(...) existe um bem superior a defender, e em caso de continuidade da prática criminal, poder-se-á utilizar as imagens para salvaguardar a intervenção policial e as provas necessárias para a tramitação processual.”; - “Encontra-se para aprovação a norma jurídica que vai regular a utilização deste tipo de equipamento, onde iremos encontrar a forma da sua utilização sem ferir os direitos das pessoas sem que para o efeito haja essa necessidade.”; - “Quanto aos militares, se estiverem cientes da forma como têm de intervir, não entendo que a utilização das câmaras possa comprometer a sua liberdade, antes pelo contrário, é uma salvaguarda à sua atuação.”.
E6	“Não”	
E7	“Sim, um pouco (...)”	- “(...) mas pode ser colocada num local que não comprometa tais factos.”
E8	“Eventualmente sim, (...)”	- “(...) mas neste caso, na minha opinião, os direitos a salvaguardar são mais importantes que os possivelmente comprometidos.”
E9	“Penso que não (...)”	- “(...) hoje em dia toda gente publica fotos nas redes sociais, penso que isso não seria uma violação (...)”.
E10	“Não, (...)”	- “(...) sendo as mesmas apenas utilizadas em casos sensíveis, não alterando de resto o normal funcionamento da patrulha.”

Fonte: Elaboração própria

3.6. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 6

Esta questão tem o objetivo de aferir qual seria a forma mais correta de utilizar as CPPI, caso estas fossem implementadas em Portugal, no que diz respeito ao momento para iniciar a gravação.

Nesta pergunta, é possível verificar que existem quatro entrevistados (E2, E3, E4 e E8) que afirmam que as câmaras deveriam estar constantemente a gravar, ao contrário dos restantes sete que afirmam que estas apenas deveriam ser ativadas numa situação justificável.

Os E1, E5, E6, E7, E9 e E10 acreditam que gravar todo o turno de um militar da GNR não seria viável nem traria grandes vantagens, sendo que a gravação deveria apenas ser iniciada quando justificável, seja de forma manual ou por um sistema automático que

conseguisse detetar o momento certo. E9 refere ainda que o início da gravação deveria estar ao critério do militar.

Em contrapartida, os restantes entrevistados defendem que a gravação deveria ser contínua, desde o início ao fim do serviço, de forma a existir um fio condutor de toda a ação e a combater critérios discricionários por parte do militar, que poderiam pôr em causa o contexto das imagens. Os motivos apontados que defendem a gravação constante prendem-se, não só pela importância da contextualização de toda a abordagem policial, que permite compreender, entre outros, os motivos da mesma, como pela possibilidade de ter gravada toda a interação entre os militares da Guarda e os cidadãos, a fim da gravação ser o mais próximo da realidade possível. E3 indica, porém, que o armazenamento e gestão de dados de tantas horas de vídeo poderão dificultar a sua análise. E8 refere que, caso o início da gravação seja deixado ao critério dos militares, as CPPI poderão perder credibilidade pelo facto de poder ser alegado que estas apenas são iniciadas num momento que seja mais favorável aos seus utilizadores.

A análise foi baseada no Quadro 7, apresentado de seguida.

Quadro 7 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão n.º 6

Respostas à questão n.º 6.		
<i>Do seu ponto de vista, em que altura deveria ser iniciada a gravação? No início da patrulha ou apenas quando existisse uma situação que o justificasse?</i>		

Entrevistado	Resposta	Argumentação
E1	“(…) estar constantemente a gravar não traria grandes benefícios.”	“(…) Teria de existir um sistema automático que permitisse que a gravação fosse iniciada sem a necessidade do militar o fazer manualmente (…); - “Seria sempre preferível um sistema que automaticamente iniciasse a gravação em função de algum comportamento físico do militar.”.
E2	“No início da patrulha, mais concretamente, na saída das instalações (…)”	- “(…) de maneira a existir um fio condutor de toda a ação dos intervenientes (…); - “(…) é necessário compreender os motivos que conduzem uma intervenção e não deixar esse poder discricionário ao agente de autoridade, acabando assim por restringir as garantias do cidadão (…)”.
E3	“(…) a câmara deveria estar constantemente	- “(…) a fim de combater critérios discricionários por parte do elemento policial, ou seja, apenas ser gravado que aquilo que este considere ser importante.”;

	em funcionamento (...)”	- “(...) o facto de estar sempre a gravar também apresenta algumas dificuldades no que diz respeito ao armazenamento e gestão de dados.”.
E4	“(…) a filmagem deverá começar com o início do serviço e terminar no final do mesmo.”	- “Se a capacidade da gravação for por exemplo 01 hora, no final dessa hora o aparelho começa a gravar por cima do que estava gravado, mas dará uma janela de 01 hora caso o militar queira rever algo ou gravar algo que aconteceu na hora anterior.”.
E5	“Claramente apenas quando uma situação o justificasse.”	- “Julgo que a gravação de toda a patrulha não é viável nem sensato.”.
E6	“Quando existisse uma situação que o justificasse”	- “Na minha opinião quando a situação o justificasse é que se deveria dar início a gravação.”
E7	“(…) quando a situação o justificasse (...)”	
E8	“No início da patrulha, (...)”	- “(...) pois se assim não for, o cidadão poderá sempre alegar que os militares apenas ligaram o equipamento quando lhes é mais favorável, perdendo assim credibilidade a utilização desta ferramenta.”
E9	“(…) apenas quando houvesse alguma situação que justificasse (...)”	- “(...) ou no início de alguma ocorrência, mas sempre ao critério do militar.”
E10	“Apenas quando existisse uma situação que o	- “(...) para não comprometer a liberdade e o bem-estar dos militares.”

	justificasse (...)”	
--	------------------------	--

Fonte: Elaboração própria

3.7. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 7

Com esta questão pretende-se analisar de que forma o ordenamento jurídico português se poderá apresentar como um obstáculo à implementação e utilização das Câmaras Policiais de Porte Individual na GNR, neste caso.

Apenas dois dos entrevistados (E5 e E7) consideram que o ordenamento não é um obstáculo no que concerne à utilização de câmaras. E5 refere que, segundo a Lei 1/2005, de 10 de janeiro, está prevista a utilização destas câmaras, mediante requisitos previstos, e que está em aprovação uma norma mais específica que regule concretamente a sua utilização pelas Forças de Segurança.

Quanto aos restantes 8 entrevistados, a opinião é unânime, e todos eles consideram o atual ordenamento jurídico português como um obstáculo à implementação das CPPI. Desde a referência às contingências da Comissão Nacional de Proteção de Dados, bem como ao direito de imagem, são essas as razões apontadas como justificação para tal entrave. No entanto, a maioria dos entrevistados pensa que, no futuro, com as devidas regulamentações legais, tornar-se-á viável a implementação das câmaras policiais de porte individual.

De uma forma geral, conclui-se que o ordenamento jurídico português coloca bastantes entraves à sua utilização e que o processo é bastante complexo, não apenas com estes equipamentos em específico, mas com todo o tipo de câmaras de vigilância. A lei portuguesa é bastante conservadora no que diz respeito à proteção de dados e aos direitos de imagem, de forma a evitar potenciais “abusos” que possam ocorrer na recolha de imagens.

Apesar de tudo, é possível constatar que se encontra em processo legislativo uma nova lei que irá contemplar estes equipamentos individuais e regular a utilização de CPPI em Portugal.

A análise foi baseada no Quadro 8, apresentado de seguida.

Quadro 8 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão n.º 7

Respostas à questão n.º 7.		
“Na sua perspectiva, o atual ordenamento jurídico português é um obstáculo à implementação destes equipamentos na Guarda?”		

Entrevistado	Resposta	Argumentação
E1	“(…) é muito rigoroso e com balizas muito bem delineadas (…)”	<ul style="list-style-type: none"> - “É possível ver estas dificuldades quando se tentam instalar certo tipo de câmaras na via pública, têm de passar por um conjunto de pareceres, por isso penso que o atual ordenamento jurídico seria um obstáculo.”; - “No entanto, se fosse implementado por todos os OPCs, certamente que se abriria uma exceção ou uma alteração à lei.”.
E2	“(…) é o principal obstáculo à regulamentação para o uso de bodycams (…)”	<ul style="list-style-type: none"> - “apesar de existir algum enquadramento legal desde o ano 2005, (...) a recolha de imagens e sons na ação policial acabou por ser complexa e com muitas contingências da Comissão Nacional de Proteção de Dados.”; - “(...) com a recente intervenção na Assembleia da República, (...) a anunciar as bodycams introduzidas numa proposta de videovigilância que está em processo legislativo, parece-me que o enquadramento legal vai ser uma realidade e os militares da GNR podem contar com esta excelente ferramenta na sua atividade diária de agentes de autoridade.”.
E3	“Sim, (…)”	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) o nosso ordenamento jurídico é muito conservador no que diz respeito ao direito de imagem, pelo que a implementação destes sistemas tem enfrentado algumas dificuldades.”;
E4	“Não só na Guarda, mas nas FFSS em geral (…)”	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) a proteção de dados é bastante restrita e compreendendo que deverá sê-lo para evitar abusos na utilização deste tipo de meios, a realidade é que é muito limitativa na sua utilização.”.
E5	“Não é um obstáculo”	<ul style="list-style-type: none"> - “O ordenamento jurídico português permite a utilização destas câmaras mediante os requisitos previstos na Lei da Videovigilância, Lei 1/2005.”; - “No entanto, não é uma norma que tenha previsto a utilização deste tipo de equipamento, daí estar em aprovação uma norma mais específica que regule concretamente a sua utilização pelas Forças de Segurança.”.

E6	“Direitos, Liberdades e Garantias”	
E7	“(…) penso que não (…)”	- “Penso que não será um obstáculo.”
E8	“(…) sim, será um obstáculo à Implementação.”	- “(…) enquanto não existir legislação específica para o efeito, (…)”
E9	“Sim, (…)”	- “(…) pode ser que no futuro com algumas alterações possa tornar-se viável.”
E10	“Sim”	

Fonte: Elaboração própria

3.8. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 8

Nesta questão avalia-se o parecer existente relativamente a forças policiais estrangeiras que atualmente já utilizam câmaras individuais nas fardas do seu efetivo.

Relativamente a este assunto, apenas dois entrevistados relevaram já ter tido contacto com forças estrangeiras que utilizam estes equipamentos (E3 e E4). Ambos afirmam que as câmaras permitem ter um maior controlo sobre a atividade no terreno, assim como reduzir o número de queixas e processos disciplinares contra os elementos policiais. Apesar de se verificarem todas as vantagens acima referidas, E3 afirma, contudo, que a opinião não é unânime em relação a este tema.

Os restantes entrevistados, apesar de não terem um parecer relativamente a este assunto, partilham da opinião que estas podem trazer vantagens ao serviço e que todas as forças de segurança as ambicionam ter.

A análise foi baseada no Quadro 9, apresentado de seguida.

Quadro 9 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão n.º 8

Respostas à questão n.º 8.		
Já teve contacto com forças de segurança estrangeiras que utilizam estes equipamentos? Se sim, obteve algum feedback da sua utilização?		

Entrevistado	Resposta	Argumentação
E1	“Não, nunca tive.”	- “A única coisa que vi foi em reportagens e documentários de forças estrangeiras onde conseguimos ver as vantagens da utilização deste tipo de equipamento.”.
E2	“Não.”	
E3	“(…) tive contacto com forças que utilizavam câmaras em algumas situações específicas de ordem pública.”	- “Nestas situações, o feedback que obtive é extremamente positivo. A recolha de imagens permite enquadrar a atuação policial, acompanhar as operações no terreno, avaliar técnicas e aprender com as situações.”.
E4	“Sim já tive (…)”	- “(…) a opinião é um pouco unanime em relação á sua utilização, a quantidade de queixas por parte dos cidadãos baixou depois da utilização das bodycams, a quantidade de processos disciplinares instituídos aos militares também baixou depois da utilização das bodycams.”; - “Das FFSS que conheço em nenhuma delas as forças de Intervenção utilizam este tipo de aparelhos, limitando a sua utilização aos elementos do 1º NEOP.”.
E5	“Não.”	- “Contudo, julgo que todas as forças de segurança ambicionam utilizar este equipamento para salvaguardar a atuação dos seus elementos.”.
E6	“Não”	
E7	“Não (…)”	- “Não tive qualquer contacto com outras forças que utilizem esse acessório.”
E8	“Não”	
E9	“Não (…)”	
E10	“Não”	

Fonte: Elaboração própria

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

É chegado o momento de apresentar as conclusões do trabalho de investigação encetado, tentando, desta forma, resolver a problemática inicial.

Nestas conclusões, as respostas às perguntas inicialmente colocadas serão apresentadas mediante a junção de toda a informação recolhida através dos métodos escolhidos ao longo da investigação, nomeadamente pela revisão bibliográfica e pela análise dos inquéritos por entrevista. Desta forma, numa fase inicial respondem-se a todas as perguntas derivadas. Seguidamente, será apresentada a resposta à pergunta de partida.

Nestas conclusões irão ainda confirmar-se os objetivos propostos inicialmente, tanto o objetivo geral, como os específicos. Por fim, apresentar-se-ão as limitações da investigação, assim como as respetivas propostas para investigações futuras.

Relativamente à **PD1**, onde é questionado de que forma poderão as CPPI potencializar a atividade operacional da GNR, conclui-se que as câmaras policiais de porte individual constituem uma ferramenta-chave para o desempenho da atividade policial.

Pela exigência da profissão e pelo escrutínio da população, as “Bodycams” poderão ser a resposta adequada para responder aos problemas que a GNR, assim como a generalidade das forças de segurança, enfrenta nesta era digital em que grande parte das atuações são gravadas por elementos externos, podendo colocar em causa a verdadeira intenção destas abordagens através de vídeos descontextualizados.

As vantagens da utilização deste tipo de equipamentos são transversais a todos os intervenientes da atuação policial, sejam os militares da Guarda ou a população, no sentido em que permite uma maior salvaguarda dos direitos dos cidadãos e um melhor apuramento da verdade, possibilitando, desta forma, uma atividade operacional mais profícua que vai ao encontro das necessidades do cidadão.

Tendo em conta os vários tipos de serviço existentes na Guarda, conclui-se que se poderia tirar melhor proveito das câmaras nos primeiros Níveis de Emprego Operacional, neste caso o 1º e o 2º nível.

A utilização desta ferramenta, na maior parte dos casos, teria influência direta no comportamento dos intervenientes, uma vez que todos saberiam da existência de uma câmara. Desta forma, a ferramenta conduziria a uma melhoria de comportamentos. Por consequência, iria permitir reduzir o número de queixas apresentadas contra militares e seria uma ferramenta fulcral para o esclarecimento da verdade de uma forma célere e objetiva.

Em suma, destacam-se, entre as vantagens da utilização de CPPI, o aumento da transparência das atuações policiais, a redução de queixas contra militares, o mais fácil apuramento da verdade, a existência de mais meios de prova, a possibilidade de estudar com mais pormenor a atuação das forças de segurança, de forma a permitir maior apoio, supervisão e recolha de lições e ensinamentos.

No que concerne à **PD2**, cujo objetivo é investigar que vulnerabilidades pode apresentar a utilização de CPPI, a principal vulnerabilidade apontada relaciona-se com a segurança do sistema. Caso exista uma falha de segurança e as gravações se tornem públicas, podem daí resultar vários problemas. Logo à partida, fica comprometida a utilização das imagens apenas para fins legais, algo que pode afetar gravemente a perceção, por parte da população, da utilização de câmaras policiais de porte individual.

Seguidamente, persiste o problema da possibilidade da utilização de imagens fora do contexto e com propósitos menos positivos. No limite, esta falha de segurança pode levar a que o militar em causa fique comprometido com imagens descontextualizadas. Ou seja, uma falha de segurança pode levar a que uma das maiores vantagens das câmaras se torne numa grande desvantagem. Por este motivo, a estrutura e a segurança dos sistemas deve ser bem planeada e implementada a fim de evitar estes acontecimentos.

A grande problemática apontada na utilização das CPPI tem a ver com o direito à privacidade e, em particular, com a restrição deste direito fundamental quer em relação aos cidadãos, quer em relação aos militares que as transportam, uma vez que estas câmaras captam imagens sem que estes intervenientes possam decidir se querem ou não ser incluídos nessa gravação.

Admite-se que, tal como referido anteriormente, a existência de uma falha de segurança possa colocar em causa, de forma ainda mais grave, o direito à imagem e a privacidade dos visados. No entanto, caso o sistema funcione sem falhas, não existem grandes motivos para preocupações desta natureza. Em primeiro lugar, porque na grande maioria dos casos apenas seriam gravados cidadãos que estivessem relacionados com alguma atividade criminal, sejam eles os suspeitos ou as vítimas, e o início da gravação seria sempre precedido de uma advertência.

A privacidade dos militares não é colocada em causa para além do estritamente necessário, uma vez que, em princípio, estes saberão sempre os momentos em que as CPPI estão a gravar e, estes momentos, deverão corresponder àqueles em que se justifique recolher uma prova. Desta forma, caso as gravações sejam efetuadas da forma correta, estas não irão prejudicar os militares, mas antes coadjuvá-los na sua missão.

É verdade que, no que diz respeito ao momento certo para iniciar a gravação, existe a hipótese de as câmaras gravarem durante todo o serviço do militar, o que, por um lado, permite evitar a aplicação de critérios discricionários por parte do mesmo. Contudo, a gravação contínua poderá não ser viável a nível de armazenamento de conteúdo e poderá levantar mais dificuldades de articulação com o direito à privacidade. A outra opção será a de colocar o início da gravação de forma manual ou através de sistema automático.

Seguidamente, deve ser referida a importância e o contributo que estas filmagens podem ter para o aumento da segurança da sociedade, pelo facto de poderem ser admitidas como meio de prova em tribunal, caso sejam implementadas.

Em relação à **PD3**, onde é estudada a possibilidade de o ordenamento jurídico português permitir a utilização deste tipo de câmaras, esta constitui-se provavelmente como a maior razão para as CPPI ainda não estarem em utilização em Portugal, e mais especificamente na Guarda Nacional Republicana.

Apesar do ordenamento jurídico não se apresentar diretamente como um obstáculo à implementação de *bodycams*, o facto de não existir um quadro legal específico para o mesmo acaba por não permitir a sua utilização. O quadro legal existente está desenhado para câmaras portáteis de utilização pontual, exigindo um processo de autorização demorado e devidamente justificado de forma casuística, não se compatibilizando com as necessidades das CPPI.

Conclui-se que as leis existentes são bastante conservadoras no que diz respeito à recolha de imagens, colocando bastantes entraves à utilização de CPPI, principalmente pelo facto de estas não estarem previstas.

Até ao momento têm sido poucos os pareceres positivos relacionados com pedidos de utilização de câmaras portáteis pelas forças de segurança. No entanto, prevê-se que a utilização de câmaras portáteis venha a ser possível num futuro próximo, através de uma revisão da legislação que regula a utilização de câmaras pelas forças de segurança. Esta revisão já se encontra em fase de aprovação. Desta forma, a sua implementação passará a ser possível num futuro próximo, esperando-se que o novo quadro legal consiga conciliar os vários direitos fundamentais em colisão, criando um equilíbrio entre liberdade e segurança.

No que diz respeito à **PD4**, onde se procura observar o *feedback* de forças de segurança estrangeiras que já utilizam as CPPI, os comentários gerais são bastante positivos, sendo que são apontadas inúmeras vantagens da sua utilização.

A câmaras permitem um maior controlo sobre as atividades no terreno, assim como se confirma que estas contribuem para uma redução do número de queixas apresentadas

contra elementos policiais e, conseqüentemente, para uma redução do número de processos disciplinares.

As *bodycams* são utilizadas como ferramentas de enquadramento e acompanhamento da atividade policial, assim como se apresentam úteis para avaliação de técnicas e procedimentos e como forma de retirar ensinamentos para o futuro.

Tal como referido anteriormente, as forças de segurança estrangeiras limitam estes equipamentos às forças do primeiro nível de emprego operacional, ou seja, não são utilizadas em forças de intervenção ou restabelecimento de ordem pública.

Por fim, é chegado o momento de responder à **Pergunta de Partida**, sendo esta o culminar de toda a investigação. A PP auxiliada pelas PD, vai de encontro ao objetivo geral do trabalho, procurando dar uma resposta final à problemática em questão. Desta forma, relativamente à questão “Quais as potencialidades e vulnerabilidades da utilização de câmaras policiais de porte individual na atividade operacional da GNR?” conclui-se que as CPPI se apresentam como uma importante ferramenta para a atividade operacional da GNR, sendo que estas podem trazer grandes vantagens para os militares que as transportam e para os cidadãos.

O comportamento dos cidadãos e dos militares tende a alterar-se, para melhor, pelo facto de estes saberem da existência de dispositivos de gravação de imagens. Desta forma, as queixas contra militares poderão também reduzir, em consequência desta alteração de comportamento e, também, do facto de algumas pessoas não apresentarem queixa por existir um fácil apuramento da verdade através das filmagens.

A utilização de filmagens como meio de prova pode também constituir-se como uma das grandes vantagens da utilização de CPPI. Desta forma, existe a possibilidade de o juiz dispor, em fase de julgamento, de acesso a toda atuação dos militares contextualizada com a situação, evitando a utilização de gravações exteriores.

No que concerne à supervisão e recolha de lições, as CPPI permitem o acompanhamento efetivo do serviço policial, retirando ensinamentos que possibilitam uma melhoria contínua do serviço operacional da GNR.

Relativamente às vulnerabilidades, a maior preocupação prende-se com questões de privacidade, isto porque a recolha de imagens é efetuada sem o consentimento prévio dos visados. Desta forma, caso exista alguma falha de segurança do sistema, corre-se o risco de as gravações serem utilizadas para outros fins que não os legais.

O ordenamento jurídico português também se apresenta, nesta fase, com um possível obstáculo à implementação de câmaras nas fardas dos militares, tendo em conta que as leis

que regulam a recolha de imagens são bastante conservadoras e não permitem a utilização de câmaras portáteis de uma forma regular, sem uma autorização prévia.

Por último, importa referir o estudo e avaliação que deve existir no que diz respeito ao momento certo para iniciar a gravação. Se por um lado, gravar todo o turno dos militares pode ter a vantagem de não existir interferência humana, evitando o corte de algumas partes do vídeo que podem ser importantes, por outro, aumentam as preocupações relacionadas com a privacidade dos militares, dos cidadãos e com a capacidade de armazenamento de filmagens. Por este motivo, a implementação de CPPI deve ter em conta todos os aspetos referidos anteriormente, de forma a extrair o máximo das suas potencialidades, minimizando as vulnerabilidades.

Ao longo da realização do presente trabalho de investigação aplicada a maior limitação encontrada derivou do confinamento resultante da pandemia COVID-19. Esta limitou bastante a realização de entrevistas presenciais, tendo-se optado por realizar entrevistas por correio eletrónico. Outra limitação prende-se com o facto de o tema abordado não permitir realizar um estudo de caso em Portugal, uma vez que não existe nenhuma força de segurança que utilize CPPI.

Para investigações futuras sugere-se o estudo aprofundado da opinião pública em Portugal acerca da implementação das CPPI, de forma representativa da população.

BIBLIOGRAFIA

- Albardeiro, E. M. N. (2020). *Body-Worn Cameras: Perceção dos polícias com funções operacionais da Divisão Policial da Amadora*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Alves, D. P. (2016). *Uso Excessivo da Força*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Alves, R. T. M. (2017). *Câmaras policiais de porte Individual: sinergias enquanto ferramenta de comando e controlo operacional*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Ariel, B., Farrar, W.A. & Sutherland, A. J. (2015). The effect of policy body-worn cameras on use of force and citizen's complaints against the police: A randomized controlled trial. *Journal of Quantitative Criminology*, 31(3), 5-509. doi:10.1007/s10940-014-9236-3.
- Ariel, B., Sutherland, A., Henstock, D., Young, J. & Sosinski, G. (2017a). The deterrence spectrum: Explaining why police body-worn cameras 'work' or 'backfire' in aggressive police public encounters. *Policing: A Journal of Policy and Practice*, 12(1), 6-26. doi:10.1093/police/paw051.
- Ariel, B., Sutherland, A., Henstock, D., Young, J., Drover, P., Sykes, J., Megicks, S. & Henderson, R. (2017). Countagious Accountability: A global multisite randomized controlled trial on the effect of police body-worn cameras on citizen's complaints against the police. *Criminal Justice and Behavior*, 44(2), 293-316. doi: 10.1177/0093854816668218.
- Boivin, R., Gendron, A., Faubert, C., & Poulin, B. (2017). Explaining the body-worn camera perspective bias. *Journal of Experimental Criminology*. 13(1), 125–142. doi: <https://doi.org/10.21428/88de04a1.bc4fdeda>.
- Catanho, J. M. S. (2010). *Videovigilância em Viaturas Policiais: O Caso Particular da Polícia de Segurança Pública*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

- Chirolli, C. & Clarindo A. (2014). O uso do veículo aéreo não tripulado frente à preservação do direito fundamental à privacidade. *Revista Homens do Mato*, 1(11), 30-32. Acedido a 10 de março de 2021 em
- Comissão Nacional de Proteção de Dados [CNPd] (2017). Parecer N.º 68/2017. In Portal da Comissão Nacional de Proteção de Dados. Acedido a 10 de fevereiro de 2021 em <https://www.cnpd.pt/umbraco/surface/cnpdDecision/download/114256>
- Ellis, T., Jenkins, C., & Smith, P. (2015). *Evaluation of the introduction of personal issue body worn video cameras (Operation Hyperion) on the Isle of Wight: Final report to Hampshire Constabulary*. University of Portsmouth.
- Fortin, M. F. & Salgueiro, N. (1999). *O processo de investigação: da concepção à realização*. Loures: Lusociência – Edições Técnicas e Científicas, Lda.
- Goodall, M., (2007). *Guidance for the Police use of body-worn video devices – Police and crime standards directorate*. Londres: Home Office.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. Cascais: Principia.
- Harris, D. A. (2010). Picture this: Body-worn video devices (heads cams) as tools for ensuring fourth amendment compliance by police. *Texas Tech Law Review*, 43(1), 357-372. Acedido a 5 de fevereiro de 2021 em
- Hayes, J. & Ericson, L. (2012). *A Primer On Body-Worn Cameras For Law Enforcement*. Fairmont: ManTech Advanced Systems International, Inc.
- http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/38/pdf_28
https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1596901
- Instituto de Estudos Superiores Militares [IESM] (2016). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: IESM.
- Jennings, W. G., Fridell, L. A., & Lynch, M. D. (2014). Cops and cameras: Officer perceptions of the use of body-worn cameras in law enforcement. *Journal of Criminal Justice*, 42, 549–556. doi: 10.1016/j.jcrimjus.2014.09.008.
- Katz, C. M., Choate, D. E., Ready, J. R., & Nuño, L. (2015). *Evaluating the impact of officer worn body cameras in the Phoenix police department*. Arizona: Arizona State University.

- Lourenço, N. (2013). *Sociedade Global, Segurança e Criminalidade Documentos para o Ensino*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa
- Lum, C., Stoltz, S., Koper, C. & Scherer, J. (2019). Research on body-worn cameras: What we know, what we need to know. *Criminology & Public Policy*, 1(26). doi: 10.1111/1745-9133.12412.
- Madaleno, P. S. J. (2007). *Videovigilância Em Locais Públicos Um Novo Paradigma Um Novo Paradigma De Prevenção Criminal*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Mahboob, N., Johnston, M., & Shah, H. (2021). Gold, or Fool's Gold? Policing in America & the Potencial of Body Cameras. *Are we there yet? The Golden Standards of Forensic Science*, 1(10). 165–188. Acedido a 14 de maio de 2021 em <https://jps.library.utoronto.ca/index.php/forensic/article/view/36299/27602>
- Marconi, M. & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica (5ª Edição)*. São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Miller, L., Toliver, J. & Police Executive Research Forum. (2014). *Implementing a BodyWorn Camera Program: Recommendations and Lessons Learned*. Washington, DC: Office of Community Oriented Policing Services.
- Ramirez, E. P. (2014). *A Report on Body Worn Cameras*. California: Manning & Kass.
- Rosado, D. P. (2015). *Sociologia da Gestão e das Organizações*. Lisboa: Gradiva.
- Sarmiento, M. (2013). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. (3ª Ed.). Lisboa: Universidade Lusíada.
- Shelley, S. (2018). *Body-Worn Cameras in Law Enforcement Agencies*. USA: Bureau of Justice Statistics.
- Silva, A. & Pinto, J. (1986). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, J. & Campos, J. R. (2015). Monitoramento das ações policiais por meio do uso de câmeras de porte individual: uma análise de sua utilização nas atividades operacionais. *Revista Ordem Pública*, 8(2), 233–253. Acedido a 14 de abril de 2021 em <https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/view/141>

- Sousa, M. J. & Baptista, C. S. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios*, 4.^a Edição. Lisboa: Pactor.
- Sousa, W. H., Miethe, T. D. & Sakiyama, M. (2015). Body Worn Cameras on Police: Results from a National Survey of Public Attitudes. *UNLV Center for Crime and Justice Policy*, 1-8.
- Sousa, W. H., Miethe, T. D. & Sakiyama, M. (2018). Inconsistencies in public opinion of body-worn cameras on police: Transparency, trust, and improved police-citizen relationships. *Policing: A Journal of Policy and Practice*, 12(1), 100-108. doi: 10.1093/police/pax015.
- Tarm, M. (2021). In The Associated Press. Acedido em 25/05/2021 em <https://apnews.com/article/video-dominates-derek-chauvin-trial-explained-f7608641d2fbd6a8443691fd7ca1625>
- White, M. D. (2014). *Police Officer Body-Worn Cameras: Assessing the Evidence*. Washington, DC: Office of Community Oriented Policing Services.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ESTRUTURA DO TIA



Figura 8 - Estrutura do TIA

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE B – GUIÃO DE ENTREVISTA



ACADEMIA MILITAR

INQUÉRITO POR ENTREVISTA

PREÂMBULO:

O presente inquérito por entrevista surge no seguimento da realização do Trabalho de Investigação Aplicada elaborado no âmbito do 26º Tirocínio Para Oficiais da GNR, inserido Mestrado Integrado em Ciências Militares, especialidade Segurança, da Academia Militar. O tema em causa é *“Câmaras policiais de porte individual: potencialidades e vulnerabilidades da sua utilização na atividade operacional da GNR”*.

Procuramos obter com esta entrevista semiestruturada o esclarecimento de assuntos intimamente ligados ao tema em questão. O seu propósito último prende-se com a obtenção de dados referentes ao ponto de vista de indivíduos com um conhecimento aprofundado no tema, de forma a entender-se através de opiniões fundamentadas, quais as principais potencialidades e vulnerabilidades da utilização de câmaras policiais de porte individual na GNR.

GUIÃO

- 1.1 Nome:
- 1.2 Posto/ Função:
- 1.3 Unidade:
- 1.4 Data:
- 1.5 Tendo em conta as funções que desempenha/desempenhou, considera uma mais valia para o serviço a utilização de câmaras policiais de porte individual

(Bodycams)?

- 1.6** **Concorda que esta ferramenta pode ter uma influência direta no comportamento de todos os intervenientes em intervenções policiais (militares da GNR e cidadãos)?**
- 1.7** **Na sua opinião, estas podem contribuir para a redução de queixas contra militares?**
- 1.8** **Quais seriam as vulnerabilidades/desvantagens que a utilização desta tecnologia poderia apresentar?**
- 1.9** **Poderão estas câmaras comprometer a liberdade e os direitos de imagem dos cidadãos e dos militares que as transportam?**
- 1.10** **Do seu ponto de vista, em que altura deveria ser iniciada a gravação? No início da patrulha ou apenas quando existisse uma situação que o justificasse?**
- 1.11** **Na sua perspetiva, o atual ordenamento jurídico português é um obstáculo à implementação destes equipamentos na Guarda?**
- 1.12** **Já teve contacto com forças de segurança estrangeiras que utilizam estes equipamentos? Se sim, obteve algum feedback da sua utilização?**

Muito Obrigado pela Disponibilidade e Colaboração.

Nuno Filipe Ferreira Mira
Aspirante de Infantaria da GNR

APENDICE C - RELAÇÃO DAS PERGUNTAS DERIVADAS COM O GUIÃO DE ENTREVISTA

Quadro 10 - Relação entre as perguntas derivadas e o guião de entrevista

Pergunta de partida	Perguntas derivadas	Guião de entrevista
Quais as potencialidades e vulnerabilidades da utilização de câmaras policiais de porte individual na atividade operacional da GNR?	PD1: De que forma poderá uma câmara policial de porte individual potencializar a atividade operacional da GNR?	1. Tendo em conta as funções que desempenha/desempenhou, considera uma mais-valia para o serviço a utilização de câmaras policiais de porte individual (<i>Bodycams</i>)?
		2. Concorda que esta ferramenta pode ter uma influência direta no comportamento de todos os intervenientes em intervenções policiais (militares da GNR e cidadãos)?
		3. Na sua opinião, estas podem contribuir para a redução de queixas contra militares?
	PD2: Que vulnerabilidades pode apresentar a utilização de câmaras policiais de porte individual?	4. Quais seriam as vulnerabilidades/desvantagens que a utilização desta tecnologia poderia apresentar?
		5. Poderão estas câmaras comprometer a liberdade e os direitos de imagem dos cidadãos e dos militares que as transportam?
		6. Do seu ponto de vista, em que altura deveria ser iniciada a gravação? No início da patrulha ou apenas quando existisse uma situação que o justificasse?
	PD3: Até que ponto o ordenamento jurídico português permite a utilização de câmaras policiais de porte individual?	7. Na sua perspetiva, o atual ordenamento jurídico português é um obstáculo à implementação destes equipamentos na Guarda?

	<p>PD4: Relativamente a países estrangeiros que já implementaram estes equipamentos, que pontos positivos e negativos podemos retirar da sua experiência?</p>	<p>8. Já teve contacto com forças de segurança estrangeiras que utilizam estes equipamentos? Se sim, obteve algum feedback da sua utilização?</p>
--	---	--

Fonte: Elaboração própria

ANEXOS

ANEXO A - AXON BODY 3



Figura 9 - Axon Body 3

Fonte: https://axon.cdn.prismic.io/axon%2F1c2275fb-763b-4ffa-8a36-d754aa8ed2f5_10042018-ab3-product-card.pdf

ANEXO B - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DA AXON BODY 3

FEATURES AND BENEFITS

IMPROVED VIDEO QUALITY: With video evidence, image quality is everything. Axon Body 3's reduced motion blur and improved low-light performance enable you to better see the truth at any moment.

MULTI-MIC AUDIO: Featuring four built-in microphones, Axon Body 3 lets you play back crystal-clear audio for a better sense of what happened at the scene.

CRITICAL EVIDENCE ACCESS: Dock and walk is just one option to upload evidence with Axon Body 3. Preview video over LTE and upload wirelessly without waiting to dock.

GUNSHOT DETECTION & ALERTS: Axon Body 3 sends real-time alerts, like when a gunshot is detected, allowing your agency to act fast during critical situations.

POWERFUL CONNECTIONS: Axon Body 3 can support streaming audio and video back to your agency so that you can react in real-time to active intelligence.

"FIND MY CAMERA": If one of your cameras goes missing, simply remotely locate the lost device.

POST-EVENT REPORTING: Provide a verbal account of an event into your camera or mobile device, and have it transcribed and added to Axon Records. *(Coming soon)*

ON-DEVICE ENCRYPTION: The security of your device is top of mind. That's why Axon Body 3 features end-to-end encryption from capture to storage in Axon Evidence (Evidence.com).

FULL-SHIFT BATTERY: Axon Body 3 will last for 12 hours, so you can depend on it for your entire shift. You can even recharge it while the camera is on.

PRE-EVENT BUFFER: To help ensure key moments don't go missed, Axon Body 3 supports up to a 2-minute pre-event buffer with configurable audio.

SPECIFICATIONS

VIDEO RESOLUTION: 1080,720,480	US MILITARY STANDARD: MIL-STD-810G
BATTERY LIFE: 12 hours	DROP TEST: 6 feet
STORAGE: 64 GB	OPERATING TEMPERATURE: -20 C to 50 C
PRE-EVENT BUFFER: Configurable	ENCRYPTION: AES 256 full disk encryption
IP RATING: IP67	

Figura 10 - Características técnicas da Axon Body 3

Fonte: https://axon.cdn.prismic.io/axon%2F1c2275fb-763b-4ffa-8a36-d754aa8ed2f5_10042018-ab3-product-card.pdf

ANEXO C - PROJETO DE RESOLUÇÃO SOBRE A AQUISIÇÃO DE CÂMARAS DE FARDAMENTO

Projeto de Resolução n.º 988/XIV/2.^a

AQUISIÇÃO DE CÂMARAS DE FARDAMENTO (BODYCAMs), PARA VEÍCULOS DE SERVIÇO E PARA VIDEOVIGILÂNCIA EM ESQUADRAS E POSTOS

São as denúncias de abusos policiais e de uso excessivo da força por parte dos profissionais das forças de segurança, o que termina, regra geral, com a acusação destes profissionais na esfera pública, algumas fundamentadamente, mas, na esmagadora maioria delas, de forma abusiva e sem qualquer fundamento em nome de uma agenda que só retira a necessária autoridade às forças e serviços de segurança.

Não faz parte das funções destes profissionais defenderem-se deste tipo de constrangimento, até porque o seu tempo deve ser todo aplicado em controlar a legalidade da circulação dos seus concidadãos na vigência de sucessivos estados de emergência, no desempenho de funções para as quais não foram treinados nem fazem parte do respetivo perfil funcional – mas que se impõem por força da situação de pandemia em que vivemos – e, em geral, a garantirem que Portugal continua a ser país seguro.

No início do ano de 2019, o Ministro da Administração Interna revelou que estava “*em apreciação*” a possibilidade de os polícias virem a utilizar câmaras de vídeo nas fardas. Mas, até agora, nada aconteceu.

Recorde-se que estes dispositivos, conhecidos como *bodycam*, já são utilizados em países como os EUA e Reino Unido, e encontram-se a ser generalizados em vários Estados da União Europeia, em intervenções policiais e patrulhamentos, servindo as imagens servem como meio de prova.

Dentro das forças de segurança, várias associações profissionais têm-se manifestado a favor do dispositivo, que poderia servir como meio de prova para defesa dos próprios agentes contra quaisquer interpretações descontextualizadas das imagens captadas, mostrando o que aconteceu do princípio ao fim.

Figura 11 - Projeto de Resolução nº 988/XIV/2.^a

Fonte: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/14/02/079/2021-02-18/79?pgs=79-80&org=PLC>

A aquisição de câmaras para fardamento e veículos de serviço também agrada à Comissão Europeia que, num relatório contra o Racismo e a Intolerância, instou o Estado português, em relatório de 2018, a proceder às alterações necessárias no sentido de colocar câmaras nos uniformes.

A estas medidas, propõe o CDS-PP que acresça a medida de instalação de câmaras de videovigilância nos postos e esquadras, mais uma vez, com possibilidade de utilizar as imagens como meio de prova.

Entende o CDS-PP que o Governo deve aproveitar a oportunidade de revisão da Lei de Programação de Infraestruturas e Equipamento das Forças e Serviços de Segurança, anunciada pelo Ministro da Administração Interna em debate recente, para fornecer a esses profissionais os meios para se defenderem de acusações, muitas vezes infundadas, de violência policial e, assim, permitir a descoberta da verdade em caso de procedimento criminal e disciplinar contra os mesmos.

Pelo exposto, e ao abrigo da alínea b) do número 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, os Deputados abaixo assinados apresentam o seguinte Projeto de Resolução:

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a Assembleia da República delibera recomendar ao Governo que adote as medidas legislativas e administrativas necessárias à aquisição de câmaras para os fardamentos dos profissionais das forças e serviços de segurança com funções policiais e para os veículos de serviço, bem como sistemas de videovigilância para as esquadras, (quarteis), postos e demais instalações onde esses profissionais exerçam funções, a contemplar em futura revisão da Lei n.º 10/2017, de 3 de março (Lei de Programação de Infraestruturas e Equipamento das Forças e Serviços de Segurança).

Palácio de São Bento, 18 de fevereiro de 2021

Os Deputados,

Telmo Correia

Cecília Meireles

João Pinho de Almeida

Ana Rita Bessa

João Gonçalves Pereira

Figura 11 – (continuação)

Fonte: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/14/02/079/2021-02-18/79?pgs=79-80&org=PLC>